



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMADA PÚBLICA Nº. 003/2019/SEMSDC

Processo Administrativo nº.1118/2019
Objeto: O presente edital de chamamento público tem por objeto o credenciamento e possível contratação de pessoas jurídicas de direito privado, habilitadas pelo Ministério da Saúde e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sediadas ou estabelecidas neste município, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, para fins de credenciamento e possível contratação de serviços da área de saúde da rede privada, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham interesse em prestar Serviços de Média e Alta Complexidade em Terapia Renal Substitutiva (TRS), para atender à demanda dos pacientes oriundos do SUS.
Local de recebimentos dos documentos: Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida São Gonçalo, nº. 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ.
Data para recebimento dos documentos: 01/11/2019
Horário para recebimentos dos documentos: das 10h30min às 11h30min



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO**, com sede na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, doravante designada SEMSADC, devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Saúde, Assistência e Defesa Civil, na forma do disposto no Processo Administrativo n.º 1118/2019, e com base nos artigos 6º, *caput*, 37, *caput* e inciso XXI, 196, e 199, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2º, 4º, § 2º, 7º, 8º e 24-26, da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de 2017, torna público que fará realizar chamamento público para escolha de Pessoas Jurídicas de Direito Privado, habilitadas pelo Ministério da Saúde e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sediadas ou estabelecidas neste município, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, para fins de credenciamento e possível contratação de serviços da área de saúde da rede privada, de forma complementar no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham interesse em prestar Serviços de Média e Alta Complexidade em Terapia Renal Substitutiva (TRS), na forma das cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 O presente procedimento se pauta, entre outros, nos artigos 6º, *caput*, 37, *caput* e inciso XXI, 196, e 199, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2º, 4º, § 2º, 7º, 8º e 24-26, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente edital de chamamento público tem por objeto o credenciamento e possível contratação de pessoas jurídicas de direito privado, habilitadas pelo Ministério da Saúde e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sediadas ou estabelecidas neste município, com preferência para as filantrópicas e/ou as



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

sem fins lucrativos, para fins de credenciamento e possível contratação de serviços da área de saúde da rede privada, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, que tenham interesse em prestar Serviços de Média e Alta Complexidade em Terapia Renal Substitutiva, para atender à demanda dos pacientes oriundos do SUS;

2.2 Os serviços a serem contratados deverão respeitar a capacidade instalada do contratado, incluído os equipamentos, o espaço físico e os recursos humanos, os quais poderão ser empregados para atender pacientes particulares, desde que garantidos os ofertados à contratante;

2.3 Os serviços a serem contratados são aqueles conforme especificado no anexo I do termo de referência deste edital;

2.4. Os prestadores de Serviços de Terapia Renal Substitutiva deverão ser habilitados de acordo com os requisitos estabelecidos nas seguintes legislações: Portaria nº 1.168 de 15/06/2004; Portaria nº 432 de 06/06/2006; Resolução RDC nº 11 de 13/03/2014; Portaria nº 389 de 13/06/2004; Portaria nº 1.675 de 07/06/2018 e Portaria nº 3.603 de 22/11/2018;

2.5 Nenhuma indenização será devida às pessoas jurídicas de direito privado contratadas, pelo fato de não ter sido atingido o quantitativo estimado de capacidade instalada dos serviços descritos no anexo I do termo de referência deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1 O processo de credenciamento será executado e organizado pela Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil para Análise Documental e Seleção, instituída em Portaria nº. 083/SEMSDC/2019, publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, em 16 de setembro de 2019;

3.2 O presente edital terá seu aviso resumido publicado no Diário Oficial deste Município e em jornal de grande circulação, podendo ser obtida uma via impressa, mediante a doação de uma resma de papel A4, ou digital, desde que o interessado forneça o *pendrive*, na Subsecretaria Jurídica, localizada a Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP: 24.466-315 das 10 (dez) horas às 17 (dezesete) horas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

3.3. A pessoa jurídica de direito privado interessada poderá solicitar, por escrito, maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, até 05 (cinco) dias úteis antes do início do período de recebimento dos requerimentos de habilitação, no setor e endereço constante na cláusula anterior, das 10 (dez) horas às 17 (dezesete) horas;

3.4 Caberá à Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de Elaboração de Edital e Anexos, e Vistoria Técnica, instituída e designada pela Portaria nº 084//SEMSDC/2019, publicada no Diário Oficial do Município, em 16 de setembro de 2019, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 48 (quarenta e oito horas), antes do início do prazo fixado para o recebimento dos requerimentos de habilitação, intimando os interessados da resposta por qualquer meio hábil;

3.5 A pessoa jurídica de direito privado interessada poderá formular impugnações ao edital, por escrito, até 5 (cinco) dias úteis antes da data do início do período de recebimento dos requerimentos de habilitação, no setor e endereço constante na cláusula 3.2 das 10 (dez) horas às 17 (dezesete) horas;

3.6 Caberá à Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de Elaboração de Edital e Anexos, e Vistoria Técnica, instituída e designada pela Portaria n.º 084/SEMSDC/2019, publicada no Diário Oficial do Município, em 16 de setembro de 2019, decidir sobre a impugnação, em até 48 (quarenta e oito horas), antes do início do prazo fixado para o recebimento dos requerimentos de habilitação, intimando os interessados por qualquer meio hábil;

3.7 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos as proponentes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a entrega dos requerimentos de habilitação, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não afetar a formulação das propostas;

3.7.1 O credenciamento será realizado em duas etapas:

3.7.2. Apresentação da documentação da habilitação;

3.7.3 Realização de vistoria técnica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

3.8 Caberá à SEMSDC, por meio da Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil para Análise Documental e Seleção, instituída e designada pela Portaria n.º 083/SEMSDC/2019, publicada no Diário Oficial do Município, em 16 de setembro de 2019, avaliar a documentação dos postulantes, a fim de decidir sobre os pedidos de credenciamento;

3.9 Caberá à SEMSDC, por meio Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de Elaboração de Edital e Anexos, e Vistoria Técnica, instituída e designada pela Portaria n.º. 084/SEMSDC/2019, publicada no Diário Oficial do Município, em 16 de setembro de 2019, realizar as vistorias técnicas nas dependências dos postulantes ao credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA - OBTENÇÃO DO PROJETO BÁSICO E DO EDITAL

4.1 O presente edital, bem como seus anexos, inclusive o Projeto Básico, poderão ser obtidos na forma da cláusula terceira item 3.2 na Subsecretaria Jurídica, localizado na Avenida São Gonçalo, n.º 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL, DA DATA E DO HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1 A entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação deverá ser feita no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida São Gonçalo, n.º. 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, no dia 01/11/2019 das 10h30min às 11h30min;

5.2 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes fora do prazo estabelecido neste edital;

5.3 Encerrado o horário para a entrega dos envelopes estabelecido na cláusula 5.1, será iniciada a abertura dos mesmos;

5.4 O envelope contendo os documentos de habilitação deverá estar lacrado e deverão constar em sua parte externa os seguintes dizeres:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO

- COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DOCUMENTAL E SELEÇÃO
(PORTARIA Nº. 083/SEMSDC/2019)

- CHAMADA PÚBLICA Nº. 003/2019/SEMSDC

- CREDENCIAMENTO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, HABILITADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CADASTRADAS NO SISTEMA DE CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (SCNES), SEDIADAS OU ESTABELECIDAS NESTE MUNICÍPIO, COM PREFERÊNCIA PARA AS FILANTRÓPICAS E/OU AS SEM FINS LUCRATIVOS, PARA FINS DE CREDENCIAMENTO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA ÁREA DE SAÚDE DA REDE PRIVADA, DE FORMA COMPLEMENTAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

- SERVIÇO OFERECIDO: TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA (TRS)

- (DENOMINAÇÃO DO PARTICIPANTE, CNPJ E ENDEREÇO).

CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

6.1 O regime jurídico dos contratos administrativos confere à SEMSDC, em relação a eles, a prerrogativa de:

6.1.1 Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

6.1.2 Rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93;

6.1.3 Fiscalizar lhes a execução;

6.1.4 Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

6.1.5 Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo;

6.2 A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos;

6.2.1 A nulidade não exonera a SEMSDC do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1 Conforme conveniência e oportunidade a SEMSDC convocará as pessoas jurídicas de direito privado credenciadas para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, assinarem os contratos à sede da SEMSDC;

7.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo credenciado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela SEMSDC;

7.3 A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela SEMSDC, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas na Lei nº. 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1 A vigência do contrato e o prazo de execução serão de 12 (doze) meses, a contar da ordem de início do contrato, podendo o referido prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II, do artigo 57, da Lei nº. 8.666/93;

8.2 Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato (prazos de vigência e de execução do objeto), a contratante vistoriará as instalações da contratada para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do credenciamento. A vistoria será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do contrato;

8.3 A prestação dos serviços objeto do presente deverá ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a ordem de início do contrato.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 Os contratos poderão ser alterados na forma do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:

10.1 As pessoas jurídicas de direito privado participantes do chamamento público deverão obedecer, entre outras, às seguintes legislações, no que couber:

10.1.1 Constituição Federal de 1988, em especial o § 1º, do artigo 199;

10.1.2 Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, em especial os artigos 24 a 26;

10.1.3 Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber;

10.1.4 Resolução RDC/ANVISA nº. 50, de 21/02/2002, ou outra que venha substituí-la;

10.1.5 Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.1.6 Lei Orgânica Municipal de São Gonçalo;

10.1.7 Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de 2017;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

10.2 Somente poderão participar as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade compatível com o objeto deste credenciamento, ofereçam atendimento e estejam estabelecidas no Município de São Gonçalo/RJ e que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais e infralegais pertinentes, independentemente de transcrição;

10.3 Não poderão participar as pessoas jurídicas:

10.3.1 Estrangeiras ou sob controle de capitais estrangeiros;

10.3.2 Sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;

10.3.3 Que estejam cumprindo pena, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93;

10.3.4 Em processo de falência, recuperação, liquidação ou dissolução;

10.3.5 Cujos sócios, administradores e dirigentes ocupem cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do artigo 26, § 4º, da Lei nº. 8.080/90;

10.3.6 Que possuam em seu quadro de funcionários servidor da SEMSADC ou da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei nº. 8.666/93;

10.4 As pessoas jurídicas de direito privado credenciadas, quando contratadas, deverão integrar-se ao Sistema Nacional de Regulação (SISREG) ou o sistema utilizado pela SEMSDC, destinando equipamento necessário e exclusivo (computador com *internet* banda larga) para operacionalização do mesmo, indicando pelo menos 01 (um) profissional/funcionário da sede para ser treinado e apto a utilizar o sistema, quando necessário;

10.5 Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos pacientes encaminhados pela SEMSDC e os demais pacientes atendidos pela pessoa jurídica de direito privado contratada;

10.6 Os representantes das pessoas jurídicas de direito privado interessadas deverão identificar-se exibindo a carteira de identidade original, acompanhada do estatuto social da entidade e do instrumento de procuração, com firma reconhecida por autenticidade de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

cartório situado neste município, quando for o caso, para que sejam verificados os poderes do outorgante e do mandatário;

10.7 É vedada a representação de mais de uma pessoa jurídica de direito privado no chamamento público por uma mesma pessoa;

10.8 Buscando a ordem, será permitida somente a participação de 01 (um) representante para cada pessoa jurídica de direito privado participante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA DOTAÇÃO.

11.1 O pagamento pela prestação dos serviços observará os valores unitários fixados na atual Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde;

11.2 Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os reajustes serem registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93;

11.3 A pessoa jurídica de direito privado contratada deverá cumprir as metas estabelecidas no contrato, sob pena de descontos proporcionais;

11.4 A distribuição dos valores entre as pessoas jurídicas de direito privado contratadas obedecerá aos seguintes critérios:

11.4.1 A necessidade da SEMSDC;

11.4.2 A capacidade instalada do participante, observando-se o seguinte:

11.4.2.1 Qualificação técnica;

11.4.2.2 Parque tecnológico disponível;

11.4.2.3 Recursos humanos contratados;

11.4.2.4 Capacidade de oferta, declarada pelo participante, conforme confirmado pela Comissão de Vistoria Técnica;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

11.5 As despesas decorrentes do presente Chamamento Público têm valor estimado anual de R\$ 19.372.391,28 (Dezenove Milhões, Trezentos e Setenta e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Um Reais e Vinte e Oito Centavos);

11.6 As despesas com as contratações do presente chamamento público correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício financeiro:

Programa de Trabalho: 23.051.10.302.2048.2167

Natureza da Despesa: 33.90.39.00

Fonte de recurso: 00 e 21 do Fundo Municipal de Saúde

11.7 As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS REQUERIMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1 As pessoas jurídicas de direito privado interessadas em participar do presente processo de credenciamento deverão apresentar requerimento de habilitação em conformidade com o modelo do Anexo II- Modelo de Requerimento de Credenciamento;

12.2 A entrega da documentação, por parte da interessada, importa na aceitação de todas as condições previstas no presente edital, seus anexos e na legislação pertinente;

12.3 O Requerimento deverá ser entregue pessoalmente na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, no dia 01/11/2019 das 10h30min às 11h30min, em envelope fechado e lacrado;

12.4 Não serão recebidos envelopes após o horário fixado no item anterior;

12.5 O Requerimento deverá ser apresentado em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou corretivo líquido, preferencialmente em papel timbrado da proponente, devidamente assinado e carimbado, com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo II, acompanhado da documentação arrolada na Cláusula Décima Terceira do presente edital;

12.6 O recebimento e abertura dos envelopes serão feitos pela Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil para Análise Documental e Seleção (Portaria nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

083/SEMSDC/2019), na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, no dia 01/11/2019, em sessão pública iniciada a partir das 10h30min, sendo que no horário de 10h30min às 11h30min serão entregues impreterivelmente os envelopes (cláusulas 12.3 e 12.4), seguida da abertura dos mesmos, sendo franqueado o acesso do representante de cada pessoa jurídica interessada, na forma da cláusula 12.11, que poderá ter vista dos documentos;

12.7 Da sessão pública de recebimento e abertura de propostas será lavrada ata com assinatura dos participantes;

12.8 O Presidente da Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil para Análise Documental e Seleção, designada pela Portaria nº 083/SEMSDC/2019, poderá suspender a sessão caso seja necessário para a adequada análise da documentação contida nos envelopes, informando verbalmente aos presentes a data de publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial, consignando-a em ata.

12.9 Fica facultado à comissão o direito de solicitar esclarecimentos, proceder a diligências e extrair certidões, para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, fixando prazo para atendimento, objetivando elucidar ou complementar a instrução do processo;

12.10 Será inabilitada a pessoa jurídica de direito privado interessada que apresentar documentos em desacordo com as regras estabelecidas neste edital, como, por exemplo, certidões vencidas, bem como as que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo mesmo;

12.11 Cada pessoa jurídica de direito privado interessada poderá ter apenas um representante no presente processo de credenciamento, que poderá ser um dos seus sócios, diretores ou administradores, desde que detenha poderes para tal, expressamente outorgado em seu ato constitutivo, ou outra pessoa física habilitada, neste último caso mediante apresentação de instrumento de procuração público ou de carta credencial, com firma reconhecida por autenticidade de cartório localizado neste município, conforme modelo do Anexo III – Modelo de Carta Credencial deste edital, com poderes para tratar de assuntos pertinentes ao credenciamento, como usar a palavra, rubricar documentos,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

apresentar impugnações ou recursos, entre outros, acompanhado de cópia autenticada de qualquer documento válido de identidade que permita a sua identificação;

12.12 Poderão ser convocados servidores do Município de São Gonçalo e/ou profissionais de reconhecida capacidade técnica, ligados ou não ao Poder Executivo do Município, desde que não vinculados direta ou indiretamente a quaisquer das pessoas jurídicas de direito privado participantes, para assessorar a comissão na análise documental e no julgamento da documentação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

13.1 As pessoas jurídicas de direito privado interessadas deverão apresentar no envelope de credenciamento, os documentos abaixo enumerados, relativos à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e Qualificação Econômica Financeira, na seguinte ordem:

13.1.1 Da Habilitação Jurídica

13.1.1.1 Cópia da cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

13.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.1.1.3 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações e fundações, acompanhado da prova de diretoria em exercício;

13.1.1.4 Certificado de filantropia, conforme a Lei nº. 12.101/2009, se for o caso;

13.1.1.5 Cópia do alvará de funcionamento emitido pela municipalidade da sede e também da filial da participante em São Gonçalo, acaso não coincida.

13.1.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

13.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

13.1.2.3 Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta – Dívida Ativa da União e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal), Estadual e Municipal;

13.1.2.4 Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

13.1.2.5 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF);

13.1.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho.

13.1.3 Da Qualificação Econômico-Financeira

13.1.3.1 Demonstrativos financeiros consistentes do balanço e demonstração de resultados do último exercício social, considerados formas e calendários legais, assinados pelo contador da firma reconhecida;

13.1.3.2 Certidões negativas de falência expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. Se a proponente não for sediada na Comarca de São Gonçalo ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências;

OBSERVAÇÕES: As certidões que não indicarem prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de recebimento das propostas; os balanços deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável da proponente, o nº das folhas do livro diário, bem como o seu registro na junta comercial ou cartório de registro de títulos e documentos;

13.1.4 Da Qualificação Técnica

13.1.4.1 Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com dados devidamente atualizados, juntamente com o documento que comprove a habilitação para prestação do respectivo serviço em Terapia Renal Substitutiva, junto ao Ministério da Saúde;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

13.1.4.2 Cópia do alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária do local da prestação dos serviços;

13.1.4.3 Relatório de Inspeção Sanitária atualizado;

13.1.4.4 Registro da entidade proponente no respectivo Conselho Profissional;

13.1.4.5 Relação nominal da equipe técnica multiprofissional que será disponibilizada para a execução dos serviços, com a indicação das respectivas especializações e números de inscrição nos conselhos profissionais respectivos;

13.1.4.6 Registro do responsável técnico junto ao Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional da categoria, acompanhado da cópia autenticada da seguinte documentação: Identidade, CPF, diploma e título de especialização na área do responsável técnico;

13.1.4.7 Declaração com indicação do Responsável Técnico Substituto, acompanhada da cópia autenticada da seguinte documentação: Identidade, CPF, diploma e título de especialização na área;

13.1.4.8 Comprovação de que o profissional indicado pela empresa, possui experiência na área escolhida, por meio de título de especialista e /ou qualquer outro documento que comprove capacidade técnica ou experiência;

13.1.4.9 Cópia do Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde;

13.1.4.10 Certificação de Controle de Qualidade atualizado;

13.1.4.11 Nos casos em que a instituição terceirize seus serviços, apresentar contrato de terceirização;

13.1.12 Apresentar programas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde segundo RDC 306/ANVISA;

13.1.4.13 Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, comprovando experiência anterior da proponente compatível com o objeto do presente credenciamento, conforme modelo do Anexo IX;

13.1.4. Outros documentos, para fins de habilitação, as proponentes deverão apresentar ainda:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

13.1.5. Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar do credenciamento e contratar com a Administração Pública em razão de penalidades nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do Anexo V;

13.1.5.1. Declaração acerca do quantitativo mínimo e máximo de procedimentos que poderá ofertar ao SUS, conforme Anexo VI;

13.1.5.2 Declaração de que a proponente atende a todos os requisitos previstos na legislação pertinente, em especial na RDC nº. 11 de 13/03/2004 e na Portaria nº. 389 de 13/06/2014, ou outras que vierem a substituí-las, que estabelece o adequado funcionamento do Serviço de Terapia Renal Substitutiva à composição mínima da equipe técnica e aos equipamentos que serão disponibilizados ao SUS, o que será apurado por ocasião da realização da Vistoria Técnica;

13.1.5.3 Declaração de que a proponente cumpre o inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, conforme modelo do Anexo VII;

13.1.5.4 Declaração dos sócios, administradores e dirigentes de que não ocupam cargo de chefia ou função;

13.1.5.5 Declaração de aceitação do edital, conforme Anexo VIII;

13.1.5.6 Declaração de aceitação dos preços, conforme Anexo IV;

13.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, mediante apresentação do documento original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, neste último caso com a referência ao endereço eletrônico onde pode ser obtida a publicação, conforme o *caput*, do artigo 32, da Lei nº. 8.666/93;

13.3 As certidões e documentos valerão nos prazos que lhe são próprios, inclusive aqueles que puderem ser obtidos na internet, ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição;

13.4 As certidões e documentos que forem disponibilizados pela *internet* somente serão admitidos para fins de comprovação dos requisitos de habilitação, desde que emitidos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação do envelope contendo a documentação de credenciamento;

13.5 A pessoa jurídica de direito privado participante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação ou descredenciamento a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos;

13.6 A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

14.1 As proponentes deverão apresentar a documentação exigida para o credenciamento no prazo indicado na cláusula 5.1.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VISTORIA TÉCNICA

15.1 Para a efetivação do credenciamento, será realizada vistoria técnica prévia em até 10 (dez) dias úteis, após a entrega da documentação relacionada na cláusula 13ª deste edital, das instalações das pessoas jurídicas de direito privado, por meio da Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de Elaboração de Edital e Anexos e Vistoria Técnica, instituída pela Portaria nº. 084/SEMSDC/2019, publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, em 16 de setembro de 2019;

15.2 A vistoria técnica tem por objetivo averiguar a veracidade das informações prestadas por ocasião da entrega dos envelopes de credenciamento acerca das instalações, equipamentos e pessoal técnico responsável pela execução dos serviços objeto deste credenciamento. Tal etapa possui caráter eliminatório. Caso seja constatado pela Comissão Técnica de Vistoria que os documentos e declarações apresentados não correspondem à realidade ou que a(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

participante(s) não atendem às exigências deste edital ou ainda que há inobservância aos ditames da legislação aplicável, em especial do Ministério da Saúde, a(s) mesma(s) será(ão) automaticamente eliminada(s);

15.3 A(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado participante(s) será(ão) previamente comunicada(s) da realização da vistoria, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, por qualquer um dos meios de contato informados no requerimento para credenciamento - Anexo II;

15.3.1. Caso a SEMSDC não consiga entrar em contato com o participante, objetivando agendar a vistoria, por erro nas informações prestadas ou outro motivo não imputável à SEMSADC, será feita a vistoria independentemente de qualquer aviso prévio;

15.4 A vistoria deverá ser acompanhada pelo responsável técnico da(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado participante(s);

15.4.1 Caso o responsável técnico não esteja presente, a vistoria poderá ser acompanhada por seu substituto ou, ainda, por outro funcionário especialmente designado para este fim, não cabendo, posteriormente, neste último caso, impugnação ao relatório, sob qualquer fundamento;

15.5 A Comissão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de Elaboração de Edital e Anexos, e Vistoria Técnica elaborará o relatório referente à vistoria técnica, o qual deverá ser assinado pelos membros da comissão técnica e também pelo representante da proponente que houver acompanhado a diligência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ESCOLHA DOS CONTRATADOS

16.1 A escolha da ordem dos credenciados se dará de acordo com a especialidade e região, bem como pela conveniência e oportunidade da SEMSDC, obedecidos os seguintes critérios:

16.1.1 A pessoa jurídica de direito privado ser filantrópica ou não ter fins lucrativos;

16.1.2 Já ser credenciado ao SUS, em alguma das esferas de governo;

16.1.3 A oferta de serviços com maior número de especialidades, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

16.1.4 A oferta de maior variedade de procedimentos dentro de cada especialidade;

16.1.5 Persistindo o empate, poderá haver, se acordado entre as unidades, compartilhamento na prestação de serviços, observando-se o limite orçamentário do Município;

16.1.6 Não havendo acordo de que trata o item anterior, a decisão será por sorteio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 A(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado contratada(s) não poderá(ão) fazer qualquer tipo de discriminação no atendimento prestado aos pacientes do SUS;

17.2 As ações e os serviços de saúde ofertados pelo prestador SUS aos usuários são gratuitos, vedada a cobrança pelos serviços a qualquer título;

17.3 Os serviços, objeto do presente chamamento público, serão prestados no estabelecimento da pessoa jurídica de direito privado contratada, no município de São Gonçalo, conforme as especificações constantes no edital e nos seus anexos;

17.4 Caberá à SEMSDC fiscalizar o cumprimento das normas referentes à humanização do atendimento;

17.5 As despesas com qualquer material de consumo necessário à execução dos serviços serão de responsabilidade da pessoa jurídica de direito privado contratada;

17.6 Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom funcionamento dos serviços deverão ser disponibilizados pela pessoa jurídica de direito privado contratada, sem ônus para a SEMSDC;

17.7 Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pessoa jurídica de direito privado contratada;

17.8 As despesas decorrentes da contratação de profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais e outros correrão por conta da pessoa jurídica de direito privado contratada;

17.9 A pessoa jurídica de direito privado contratada colocará à disposição do SUS a sua capacidade instalada para o atendimento a ser ofertado ao SUS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

17.10 A pessoa jurídica de direito privado contratada deverá prestar os serviços de acordo com os protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Sociedades Técnicas Especializadas com reconhecimento de âmbito nacional e gestores do SUS, observando-se recomendações de boa técnica, colocando à disposição dos usuários do serviço somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos;

17.11 Estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas para todas as atividades de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RESULTADO E DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

18.1 Após análise da documentação e realização da vistoria técnica, será divulgado no Diário Oficial do Município de São Gonçalo o resultado do julgamento, contendo a relação das proponentes habilitadas e dos requerimentos indeferidos, iniciando-se, a partir da data da primeira publicação, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de recursos, independentemente de nova comunicação aos interessados;

18.2 Transcorrido o prazo a que se refere o item anterior sem apresentação de recursos ou após o seu julgamento, o resultado do credenciamento será submetido à autoridade máxima da SEMSDC;

18.3 Todas as pessoas jurídicas de direito privado que preencherem os requisitos deste edital e forem consideradas aptas na vistoria técnica serão credenciadas como prestadoras SUS no âmbito do Município de São Gonçalo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

19.1 O credenciamento não gera para as pessoas jurídicas de direito privado direito subjetivo à celebração de contrato com a SEMSDC;

19.2 Homologado o credenciamento e havendo demanda, a SEMSDC convocará a(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado credenciada(s), com preferência para as



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, para assinar o respectivo contrato - Anexo X, no prazo e na forma da cláusula 7ª deste edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CAPACIDADE INSTALADA

20.1 A capacidade instalada máxima das pessoas jurídicas de direito privado credenciadas não obriga a SEMSDC a contratação de sua totalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO AO CONTRATADO

21.1 O pagamento se fará de acordo com a produção efetivamente prestada e comprovada;

21.2 Os pagamentos das pessoas jurídicas de direito privado contratadas estarão vinculados aos repasses de competência do Ministério da Saúde;

21.3 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelas pessoas jurídicas de direito privado credenciadas no momento da assinatura do contrato;

21.4 Todas as pessoas jurídicas de direito privado contratadas poderão, de acordo com o Ministério da Saúde, utilizar o sistema de BPA individualizado e/ou futuro sistema a ser implantado pelo Ministério da Saúde, para realização do fechamento de sua produção mensal;

21.5 O relatório e o fechamento da produção mensal deverão ser entregue na Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, na Coordenação de Faturamento, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço de acordo com o prazo estabelecido na Portaria MS/GM nº 2.617, de 1º de novembro de 2013;

21.6 A comprovação da realização dos procedimentos se dará pela assinatura do paciente nas fichas de presença, contendo os seguintes dados: nome completo, endereço, números da identidade, do CPF e do cartão SUS, endereço eletrônico e telefone. A não assinatura do documento pelo paciente, que se dará sempre antes do início do procedimento, ou de seu responsável/acompanhante, bem como a não indicação dos dados, implicará no não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

pagamento do procedimento cobrado. Tais fichas deverão ficar à disposição dos Gestores Municipais, bem como da Auditoria do DENASUS;

21.7 Para cada pagamento a pessoa jurídica de direito privado contratada emitirá a nota fiscal, que deverá vir acompanhada da comprovação da quitação dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecidos em papel impresso;

21.8 Caso os dados da nota estejam incorretos, a SEMSDC ou FMS comunicará à pessoa jurídica de direito privado contratada e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento;

21.9 O pagamento pelos serviços prestados apenas será feito após o devido ateste das notas fiscais, com base nos recursos previamente repassados pelo Ministério da Saúde do mês de competência da nota fiscal;

21.10 As faturas rejeitadas pela SEMSDC ou FMS serão devolvidas à pessoa jurídica de direito privado contratada para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no próximo faturamento;

21.11 O prazo máximo de reapresentação das faturas rejeitadas é de até 3 (três) competências;

21.12 Findo este prazo sem que haja regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela SEMSDC ou FMS, a pessoa jurídica de direito privado contratada está sujeita ao não recebimento pela prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 São obrigações da SEMSDC:

22.1.1 Realizar os pagamentos devidos à pessoa jurídica de direito privado contratada, nas condições estabelecidas no edital, seus anexos e no contrato.

22.1.2 Atestar as notas fiscais;

22.1.3 Processar o faturamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

22.1.4 Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;

22.1.5 Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;

22.1.6 Analisar os relatórios e atividades elaboradas pela pessoa jurídica de direito privado contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;

22.1.7 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela pessoa jurídica de direito privado contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;

22.1.8 Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelas pessoas jurídicas de direito privado contratadas, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;

22.1.9 Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 A pessoa jurídica de direito privado contratada, além de obedecer às disposições legais descritas no edital e seus anexos, deverá obedecer também às seguintes disposições:

23.1.1 Prestar atendimento na especialidade contratada (Terapia Renal Substitutiva);

23.1.2 Informar imediatamente a SEMSDC eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a mesma poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;

23.1.3 Informar imediatamente a SEMSDC as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

23.1.4 Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à SEMSDC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;

23.1.5 Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;

23.1.6 Promover a qualificação de suas equipes profissionais;

23.1.7 Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

23.1.8 Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela SEMSDC e/ou FMS;

23.1.9 Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;

23.1.10 Incentivar a adesão ao tratamento quando for o caso;

23.1.11 Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;

23.1.12 Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

23.1.13 Informar ao usuário do SUS e à SEMSDC, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;

23.1.14 Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;

23.1.15 Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *“Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título.”, com os seguintes dados:

23.1.15.1 Nome da pessoa jurídica de direito privado contratada;

23.1.15.2 Nome do paciente;

23.1.15.3 Localidade;

23.1.15.4 Nome e valor do procedimento realizado.

23.1.16 Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;

23.1.17 Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

23.1.18 Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde e a SEMSDC e/ou FMS;

23.1.19 Enviar a Subsecretaria de Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação o Laudo Técnico de Inspeção da ANVISA, sempre que houver nova fiscalização;

23.1.20 Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS), estabelecido pela Portaria GM/MS nº. 382, de 10 de Março de 2005 (ou outra que vier a substituí-la);

23.1.21 Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

23.1.22 Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;

23.1.23 Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;

23.1.24 Cumprir as Diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

23.1.25 Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

23.1.26 Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que porventura venham a apresentar defeito técnico, identificando/substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

23.1.27 Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade;

23.1.28 Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;

23.1.29 Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;

23.1.30 Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;

23.1.31 Rever os resultados de todos os exames, por intermédio de especialista da área;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

24.1 Responsabilizar-se pela cobrança indevida, feita a paciente ou a seu responsável legal, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste edital;

24.2 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à SEMSDC e/ou FMS, aos pacientes ou a terceiros, quando da execução dos serviços. Essa responsabilidade da pessoa jurídica de direito privado contratada não é excluída ou reduzida pela presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução do contrato pela SEMSDC e/ou FMS;

24.3 A pessoa jurídica de direito privado contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, previdenciários, civis, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos à contratada;

24.4 Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para a execução dos serviços necessários à execução do objeto deste edital, responsabilizando-se, ainda, por todos os



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais ou quaisquer outras advindas das contratações, previstas na legislação em vigor;

24.5 Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da pessoa jurídica de direito privado contratada ou ainda por funcionários terceirizados ou da verificação da existência de débitos previdenciários decorrentes da execução do contrato pela mesma, com a inclusão do Município e/ou FMS de São Gonçalo no polo passivo da ação, a SEMSDC e/ou FMS poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores cobrados, que poderão ser complementados por meio de nova retenção, em caso de insuficiência;

24.6 A retenção prevista na cláusula acima será realizada na data do conhecimento pela SEMSDC ou FMS da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários;

24.7 A quantia objeto de retenção na forma da cláusula 24.5 será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela pessoa jurídica de direito privado contratada;

24.8 Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas na cláusula 24.5, a SEMSDC e/ou a FMS efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à pessoa jurídica de direito privado contratada;

24.9 Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado à decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteada em processo administrativo, após o trânsito em julgado e/ou a realização do pagamento da dívida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

25.1 Os serviços prestados pela pessoa jurídica de direito privado contratada à população, em decorrência da execução do objeto deste edital e seus anexos, serão totalmente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

gratuitos, sendo-lhe vedado exigir qualquer tipo de contraprestação, ajuda, auxílio ou colaboração;

25.2 A pessoa jurídica de direito privado contratada deverá afixar aviso, em local visível, em todas as entradas de público externo ou salas de atendimento aos pacientes, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição.

DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

26.1 A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pela Subsecretaria de Controle, Regulação, Auditoria e Avaliação;

26.2 A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor(es) designado(s) pelo Secretário Municipal de Saúde, por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

26.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da pessoa jurídica de direito privado contratada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria;

26.4 A fiscalização não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos;

26.5 Para execução da fiscalização, a pessoa jurídica de direito privado contratada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias;

26.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela pessoa jurídica de direito privado contratada, sem justificativa aceita pela SEMSDC, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à pessoa jurídica de direito privado contratada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

26.7 Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da pessoa jurídica de direito privado contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas;

26.8 A pessoa jurídica de direito privado contratada facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestará todos os esclarecimentos e entregará todos os documentos que lhe for solicitado;

26.9 O(s) servidor(es) designado(s) pela fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para constatação e providências cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

27.1 O descumprimento de quaisquer das normas e condições previstas na legislação aplicável, neste edital e seus anexos, poderá ensejar o credenciamento da pessoa jurídica de direito privado contratada e a conseqüente rescisão do contrato administrativo;

27.2 O credenciamento poderá ocorrer em qualquer fase do credenciamento, inclusive durante a vigência do contrato, caso o(s) servidor(es) designado(s) para fiscalização do objeto do contrato tome(m) conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade da proponente, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas neste edital ou na legislação aplicável;

27.3 As pessoas jurídicas de direito privado contratadas não terão qualquer direito à indenização em decorrência do credenciamento, garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data do ato;

27.4 No caso de credenciamento fica assegurado o contraditório e a ampla defesa;

27.5 A pessoa jurídica de direito privado contratada poderá requerer seu credenciamento, por meio de documento formal endereçado à Subsecretaria de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação, com antecedência mínima de 60(sessenta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

28.1 A inexecução do objeto deste chamamento público, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a pessoa jurídica de direito privada contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

28.1.1 Advertência;

28.1.2 Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

28.1.3 Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

28.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

28.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva da contratante;

28.3 A sanção prevista na cláusula 28.1.2 deste edital poderá ser aplicada cumulativamente com qualquer outra;

28.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia;

28.5 A multa administrativa prevista na cláusula 28.1.2 deste edital não tem caráter compensatório. O seu pagamento não exime responsabilidade da contratada por eventuais perdas e danos apurados;

28.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho, respeitado o limite do Código



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Civil vigente, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela contratante e ainda da aplicação de outras sanções administrativas;

28.7 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação pessoal da contratante;

28.8 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade;

28.9 Será remetida à Secretaria Municipal de Saúde cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela contratada, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL.

29.1 O prazo para recebimento dos requerimentos de habilitação poderá ser adiado ou prorrogado, sem que caibam aos interessados quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso;

29.2 O presente chamamento público poderá ser revogado em face de razões de interesse público, mediante decisão fundamentada, por motivo superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ainda ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, assegurado o devido processo legal;

29.3 A(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito privado participante(s), credenciada(s) ou contratada(s) não terá(ão) qualquer direito à indenização em decorrência da anulação/revogação do chamamento público, sendo-lhe(s) assegurado apenas o pagamento pelos serviços prestados até a data do ato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS RECURSOS

30.1 Das decisões proferidas no presente procedimento de chamamento público caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo ou da intimação do ato, o que ocorrer primeiro, nos seguintes casos:

30.1.1 Habilitação ou inabilitação da proponente;

30.1.2 Descredenciamento;

30.1.3 Anulação ou revogação do credenciamento;

30.1.4 Penalidades aplicadas.

30.2 Os recursos serão dirigidos à autoridade máxima do órgão credenciador e contratante por intermédio da Comissão de Análise Documental e Julgamento, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade máxima, com as informações cabíveis;

30.3 Só serão aceitos recursos por escrito e protocolados na Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida São Gonçalo, nº 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315;

30.4 É vedada a apresentação de mais de um recurso contra a mesma decisão pela mesma pessoa jurídica de direito privado participante, credenciada ou contratada;

30.5 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento a todos os recorrentes por publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 Ao protocolar o envelope de credenciamento, presume-se que a proponente conhece todas as condições estabelecidas no presente edital e seus anexos;

31.2 A participação neste processo de chamamento público implica a aceitação de todos os termos deste edital e da legislação aplicável;

31.3 A pessoa jurídica de direito privado interessada é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de chamamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata inabilitação da interessada que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido credenciada, o descredenciamento, e se contratada,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

rescisão do contrato e o seu descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

31.4 A SEMSDC e/ou a FMS poderá solicitar às pessoas jurídicas, participantes, credenciadas e contratadas, a qualquer momento, informações e documentos que julgarem necessários;

31.5 As pessoas jurídicas, participantes, credenciadas e contratadas intimadas a prestar quaisquer esclarecimentos ou a apresentar documentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela SEMSDC e/ou FMS, sob pena de inabilitação, descredenciamento e/ou rescisão do contrato;

31.6 O desatendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento da interessada do processo de chamamento público, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

31.7 Os atos referentes a este processo de chamamento público poderão ser comunicados às interessadas por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante a publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, salvo disposição legal ou editalícia expressa em sentido contrário;

31.8 É permitido o credenciamento a qualquer pessoa jurídica de direito privado interessada, desde que preencha as condições exigidas e durante a vigência deste edital;

31.9 Fazem parte do presente edital, integrando-o, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I – PROJETO BÁSICO;

Anexo II – MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO;

Anexo III – MODELO DE CARTA CREDENCIAL;

Anexo IV – MODELO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS;

Anexo V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

Anexo VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E MÁXIMOS DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OFERTADOS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Anexo VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS;

Anexo VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL;

Anexo IX – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;

Anexo X – MINUTA DO CONTRATO

Anexo XI – MINUTA DO DOCUMENTO DESCRITIVO

31.10 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública;

31.11 O Foro de São Gonçalo é eleito como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este chamamento público e à contratação dele decorrente, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Gonçalo, 30 de setembro de 2019.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS E VISTORIA

Simone Leal A. Salles
Matrícula nº 121.610

Roberta da Silva da Costa
Matrícula nº 18.999

Maria Benedicto Oliveira
Matrícula nº 329.071

Submeto a autoridade superior.

Aprovo em ____/____/____.

Jefferson Antunes Gomes
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula nº. 118.22



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. DA APRESENTAÇÃO

1.1. Este Projeto Básico tem como finalidade detalhar o interesse da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo - SEMSDC e da Fundação Municipal de Saúde - FMS na prestação de Serviços de Média e Alta Complexidade de Terapia Renal Substitutiva, de forma complementar no Sistema Único de Saúde - SUS.

2. OBJETO

2.1 O objeto do presente é a seleção, credenciamento e possível contratação, de pessoas jurídicas de direito privado cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, sediadas ou estabelecidas neste município, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, para fins de credenciamento e posterior contratação de serviços da área de saúde da rede privada, de forma complementar no Sistema Único de Saúde, que tenham interesse em prestar Serviços de Média e Alta Complexidade de Terapia Renal Substitutiva para atender à demanda dos pacientes oriundos do SUS;

2.2. Os prestadores de Serviços de Terapia Renal Substitutiva deverão ser habilitados de acordo com os requisitos estabelecidos nas seguintes legislações: Portaria nº 1.168 de 15/06/2004; Portaria nº 432 de 06/06/2006; Resolução RDC nº 11 de 13/03/2014; Portaria nº 389 de 13/06/2004; Portaria nº 1.675 de 07/06/2018 e Portaria nº 3.603 de 22/11/2018;

2.3. Os serviços a serem contratados deverão respeitar a capacidade instalada do contratado, incluído os equipamentos, o espaço físico e os recursos humanos, os quais poderão ser empregados para atender pacientes particulares, desde que garantidos os ofertados à contratante.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Considerado que a saúde é um direito social e assim um direito fundamental (artigo 6º da CRFB/88);

3.2. Considerando que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (artigo 196 da CRFB/88);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

3.3. Considerando a Lei nº 8.080 de 19/07/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

3.4. Considerando que "a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício." (artigo 2º da Lei nº 8.080/90);

3.5. Considerado que "O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação." (artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.080/90);

3.6. Considerando que "O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde." (artigo 4º da Lei nº 8.080/90);

3.7. Considerando os objetivos, atribuições, princípios e diretrizes do SUS, estampados nos artigos 5º a 7º da Lei nº 8.080/90;

3.8. Considerando as atribuições comuns do SUS de âmbito administrativo das três esferas de governo (artigo 15 da Lei nº 8.080/90) e específicas (artigo 18 da Lei nº 8.080/90);

3.9. Considerando a possibilidade de participação, de forma complementar, da iniciativa privada no SUS com preferência para as filantrópicas e as sem fins lucrativos (artigos 199, § 1º, da CRFB/88, e 4º, § 2º, e 24 a 26, da Lei nº 8.080/90);

3.10 Considerando que a participação privada no SUS deve ocorrer de forma planejada e ordenada, visando à complementação dos serviços depois de esgotada a capacidade de toda rede pública municipal, estadual e federal, bem como estabelecendo medidas de regulação e controle de todo o serviço prestado, estando definido no artigo 18, inciso X, da Lei n.º 8.080/90, a competência do município para celebrar convênios e contratos com entidades prestadoras de serviços de saúde e, ainda, controlar e avaliar sua execução;

3.11. Considerando a necessidade de regulamentar a atenção e criar mecanismos para organização, hierarquização e implantação da Rede de Atendimento aos Serviços de Terapia Renal Substitutiva;

3.12. Considerando a possibilidade de êxito de intervenção na história natural das doenças, por meio de ações de promoção e prevenção, em todos os níveis de atenção à saúde;

3.13. Considerando a necessidade da implantação do processo de regulação, fiscalização, controle e avaliação da atenção em Serviços de Terapia Renal Substitutiva;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

3.14. Considerando a necessidade de contratar, de forma complementar, serviços de assistência à saúde, nas áreas citadas para a realização de procedimentos para atender à demanda da Gestão Municipal e àquela que seja referenciada a SEMSDC e/ou FMS;

3.15. Considerando que a ausência da contratação de tais serviços pode trazer prejuízos irreversíveis aos usuários atendidos e objetivando complementar a rede de prestadores de serviços na área de saúde, melhoria na qualidade do atendimento e reduzir os custos com esta atividade, o Município de São Gonçalo, por intermédio da SEMSDC **convoca todos as pessoas jurídicas de direito privado, prestadores de serviços de saúde nas áreas citadas**, dispondo-se a contratar todos aqueles que tiverem interesse e satisfaçam os requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público, fixando os preços a serem pagos pelos procedimentos médicos constantes na Tabela do SUS;

3.16. Considerando a necessidade de assegurar a prestação do Serviço de Terapia Renal Substitutiva, de forma a complementar a assistência à saúde;

3.17. Considerando a insuficiência da rede de saúde própria do município faz-se necessário a complementação do Serviço de Terapia Renal Substitutiva;

3.18. Considerando estudo da série histórica dos procedimentos de Terapia Renal Substitutiva realizado nesta municipalidade;

3.19. Considerando o documento descritivo que comprova a necessidade de complementação de serviços.

4. DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1. A contratação dos serviços, objeto do presente projeto básico, tem amparo legal no Decreto Municipal nº 142/2004 e, subsidiariamente na Lei nº 8.666/93;

4.2. Estando os prestadores selecionados aptos a contratar com a SEMSDC e/ou FMS será providenciado o processo de inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25 da Lei 8666/93, sendo através de modalidade de chamada pública;

4.3 O presente procedimento se pauta, entre outros, nos artigos 6º, *caput*, 37, *caput* e inciso XXI, 196, e 199, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2º, 4º, § 2º, 7º, 8º e 24-26, da Lei nº 8.080 de 19/09/1990, e 25, da Lei 8.666 de 21/06/1993, e nas Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de 2017.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

5 - OBJETIVOS DO PROJETO BÁSICO

5.1. Com o aumento populacional do Município de São Gonçalo nos últimos anos e o número de pessoas SUS dependente fazem-se necessário credenciamento e contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar de forma complementar, do Sistema Único de Saúde do Município de São Gonçalo, para o Serviço de Terapia Renal Substitutiva;

5.2 Objetiva atender aos pacientes atendidos no SUS acolhidos nas unidades do município visando um atendimento humanizado e qualificado à população garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

5.3. Os artigos 1º, IV e 38, V, da Lei Complementar Federal nº 141 de 13/01/2012, dispõem ser obrigatório ao órgão de controle interno das três esferas de governo fiscalizar o cumprimento das normas que estabelecem regras para as despesas públicas com a saúde em suas respectivas esferas de atribuição;

5.4. Os interessados deverão aceitar os valores de referência à prestação dos serviços constantes da Tabela de Procedimentos do Ministério da Saúde SIGTAP (Sistema de Gerenciamento de Tabelas e Procedimentos) que serão reajustados na mesma proporção, índice épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde;

5.5- Pretende-se com este projeto básico viabilizar a prestação do Serviço de Terapia Renal Substitutiva com qualidade, com os recursos necessários, em quantidades adequadas, no tempo correto, com o menor custo e maior controle de gastos;

6- DA DOCUMENTAÇÃO (Art. 40 - VI e Art. 27 e 31 da Lei nº 8.666/93)

6.1. As empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

6.1.1. RELATIVOS à CAPACIDADE JURÍDICA

a) Identificação do proponente, com CNPJ, nome, endereço, inscrição municipal e todas as formas de contato (telefone, fax e e-mail);

b) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula na Junta Comercial, no caso de firma individual;

c) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) devidamente registrado e acompanhado das alterações posteriores, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

- d) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de alterações e prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de Autorização devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Alvará de Funcionamento;
- g) Dados de identificação de conta bancária: nome do banco, número da agência e da conta corrente;
- h) Declaração emitida pela empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz).

6.1.2 –RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OFERTA DE SERVIÇOS

A proponente deverá apresentar para qualificação técnica e oferta de serviços os seguintes documentos:

6.1.2.1 - Documentos Relativos à Oferta de Serviços

- a) Ofício indicando sua capacidade de oferta para o SUS para o Serviço de Terapia Renal Substitutiva;
- b) Declaração de Aceitação dos Preços, conforme Anexo I do edital.

6.1.2.2 - Documentos Relativos à Qualificação Técnica

- a) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, com lista de serviços que são realizadas pela contratada e caso utilize serviços terceirizados, esses deverão estar descritos nesse cadastro;
- b) Alvará Sanitário atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, devendo ser apresentado a cada renovação de contrato;
- c) Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica e Registro de Empresa junto ao Conselho Regional pertinente atualizado, bem como habilitação dos profissionais cadastrados (CRBIO; CRF, CRM, CRBM etc.);
- d) Registro ou inscrição na entidade profissional competente atualizado;
- e) Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso;
- f) Registro do Responsável Técnico no respectivo conselho profissional e comprovante de especialização emitido pela sociedade científica respectiva, reconhecida nacionalmente;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

- g) Nos casos em que a instituição terceirize seus serviços, apresentar contrato de terceirização;
- h) Apresentar programas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde segundo a RDC nº 222 de 28 de março de 2018.

6.1.3 - RELATIVOS À IDONEIDADE FINANCEIRA

a) Demonstrativos financeiros consistentes do balanço e demonstração de resultados do último exercício social, considerados forma e calendários legais, assinados pelo contador da firma reconhecida;

b) Certidões Negativas de pedido de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

OBSERVAÇÕES: As certidões que não indicarem o prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo, até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de recebimento das propostas. Os balanços deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável da proponente, o número das folhas do livro diário, bem como seu registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

6.1.4 - RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) Certidões de Regularidade de Situação para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo os dois últimos expedidos pela localidade sede;

c) Certidão de Regularidade Relativa à Seguridade Social (INSS);

d) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o art. 27, “a”, da Lei Federal nº 8.036 de 11/05/1990;

e) Certidão Negativa de Débito da Justiça do Trabalho;

OBS: As Certidões deverão ser mantidas atualizadas durante toda vigência do contrato, sob pena de suspensão da prestação do serviço.

7. DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATUALIZADOS

7.1. Os serviços a serem contratados são aqueles conforme especificado no anexo I deste projeto básico.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

8. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços, objeto do presente credenciamento, serão prestados nas Unidades de Saúde, exceto os exames regulados pela Central de Regulação no Município de São Gonçalo/RJ.

9. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

9.1. A execução dos serviços será imediatamente a homologação e a assinatura do contrato.

10. VIGÊNCIA E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A vigência do contrato e o prazo de execução serão de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o referido prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93;

10.2. Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato (prazos de vigência e de execução do objeto), a contratante vistoriará as instalações da contratada para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do cadastramento. A vistoria será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do contrato;

10.3 A prestação dos serviços objeto do presente deverá ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato.

11. DISTRIBUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

11.1. A distribuição de procedimentos por pessoa jurídica de direito privado credenciada/contratada será operacionalizada, conforme critérios estabelecidos pela Subsecretaria de Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação, de acordo com o relatório de vistoria técnica da respectiva comissão, capacidade instalada disponível para o SUS bem como disponibilidade orçamentária;

11.2. Caberá a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil determinar metas físicas, qualitativas e assistenciais a serem cumpridas; o volume de prestação de serviços; os protocolos de humanização do atendimento e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e outros fatores que tornem o serviço um efetivo instrumento de garantia de acesso ao SUS.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

12. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do projeto básico e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

12.2. A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;

12.3. A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor(es) designado(s) pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, por meio de portaria a ser publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

12.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria;

12.5. A fiscalização não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos;

12.6. Para execução da fiscalização, a contratada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias;

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela SEMSDC e/ou FMS, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à mesma;

12.8. Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas;

12.9. A contratada facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, prestará todos os esclarecimentos e entregará todos os documentos que lhe forem solicitados;

12.10. O(s) servidor(es) designado(s) para a fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para as providências cabíveis.

13. PREÇO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DOTAÇÃO

13.1. O pagamento pela prestação dos serviços observará os valores unitários fixados na atual Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

13.2. Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os reajustes serem registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º, do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

13.3. O contratado deverá cumprir as metas estabelecidas no contrato, sob pena de descontos proporcionais;

13.4. A distribuição dos valores entre contratados obedecerá aos seguintes critérios:

13.4.1. A necessidade da SEMSDC;

13.4.2. A capacidade instalada do participante, observando-se o seguinte:

13.4.2.1. Qualificação técnica;

13.4.2.2. Parque tecnológico disponível;

13.4.2.3. Recursos humanos contratados;

13.4.2.4. Capacidade de oferta, declarada pelo participante, conforme confirmado pela Comissão de Vistoria Técnica;

13.5. As despesas decorrentes do presente Chamamento Público têm valor estimado anual de R\$ 19.372.391,28 (Dezenove Milhões, Trezentos e Setenta e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Um Reais e Vinte e Oito Centavos);

13.6. As despesas com as contratações do presente Chamamento Público correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício financeiro:

Programa de Trabalho: 23.051.10.302.2048.2167

Natureza da Despesa: 33.90.39.00

Fonte de recurso: 00 e 21 do Fundo Municipal de Saúde

13.7. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14. ASSISTÊNCIA A SER PRESTADA

14.1. Os serviços a serem contratados deverão obedecer aos requisitos da Resolução RDC/ANVISA nº 50 de 21/02/2002 e RDC nº 11 de 13/03/2014, ou outra que venha substituí-la, com vistas a garantir as condições físicas adequadas ao atendimento, bem como qualquer outra emana pelo respectivo órgão e/ou pelo Ministério da Saúde e/ou pelos Conselhos de Saúde.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

15. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços, objeto do presente chamamento público, serão prestados nas Unidades de Saúde no Município de São Gonçalo, conforme as especificações constantes no edital e nos seus anexos, exceto os exames regulados pela Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;

15.2. Caberá à SEMSDC fiscalizar o cumprimento das normas referentes à humanização do atendimento;

15.3. As despesas com qualquer material de consumo necessário à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada;

15.4. Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom funcionamento dos serviços deverão ser disponibilizados pela contratada, sem ônus para a SEMSDC e/ou FMS;

15.5. Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pela contratada;

15.6. As despesas decorrentes da contratação de profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais e outros correrão por conta da contratada;

15.7. A contratada colocará à disposição do SUS a sua capacidade instalada para o atendimento a ser ofertado;

15.8. A contratada deverá prestar os serviços de acordo com os protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Sociedades Técnicas especializadas com reconhecimento de âmbito nacional e gestores do SUS, observando-se recomendações de boa técnica, colocando à disposição dos usuários do serviço somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos;

15.9. Estabelecimento de metas quantitativas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde.

16. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A contratada, além de obedecer às disposições legais descritas no edital e seus anexos, deverá obedecer também às seguintes disposições:

16.1.1. Prestar atendimento especializado, com atendimento ambulatorial e clínico da sua evolução, se for o caso;

16.1.2. Informar imediatamente a contratante eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a mesma poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

- 16.1.3. Informar imediatamente a contratante as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;
- 16.1.4. Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à contratante, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;
- 16.1.5. Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;
- 16.1.6. Promover a qualificação de suas equipes profissionais;
- 16.1.7. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 16.1.8. Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela contratante;
- 16.1.9. Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;
- 16.1.10. Incentivar a adesão ao tratamento quando for o caso;
- 16.1.11. Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;
- 16.1.12. Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- 16.1.13. Informar ao usuário do SUS e à contratante, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;
- 16.1.14. Registrar, quando for o caso, no prontuário todas as informações referentes à assistência prestada ao paciente e à sua evolução clínica, bem como todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente;
- 16.1.15. Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;
- 16.1.16. Manter em pleno funcionamento o Programa de Controle e Prevenção de Infecção e Eventos Adversos (PCPIEA);
- 16.1.17. Apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste edital e seus anexos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

16.1.18. Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *“Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título.”*, com os seguintes dados:

16.1.18.1. Nome da contratada;

16.1.18.2. Nome do paciente;

16.1.18.3. Localidade;

16.1.18.4. Nome e valor do procedimento realizado;

16.1.19. Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;

16.1.20. Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

16.1.21. Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde;

16.1.22. Enviar a Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria o Laudo Técnico de Inspeção da ANVISA, sempre que houver nova fiscalização;

16.1.23. Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde - PNASS, estabelecido pela Portaria GM/MS nº 382 de 10/03/2005 (ou outra que vier a substituí-la);

16.1.24. Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

16.1.25. Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;

16.1.26. Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;

16.1.27. Cumprir as Diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH;

16.1.28. Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria - SNA, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

16.1.29. Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que porventura venham a apresentar defeito técnico, identificando/substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

- 16.1.30. Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade;
- 16.1.31. Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;
- 16.1.32. Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;
- 16.1.33. Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, de enfermagem, medicamentos, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;
- 16.1.34. Rever os resultados de todos os exames, por intermédio de especialista da área;
- 16.1.35. Adequar os impressos utilizados, como: receituários, requisição de exames e formulários de encaminhamento para procedimentos cirúrgicos, de acordo com as normas do Ministério da Saúde e de acordo com a nomenclatura definida na Tabela SUS, para que todos os procedimentos requeridos pelo especialista sejam devidamente agendados e o acesso garantido;
- 16.1.36. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;
- 16.1.37. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso, avaliados pelos médicos da rede de saúde da SEMSDC;
- 16.1.38. Integrar-se ao Sistema Nacional de Regulação – SISREG, ou sistema utilizado pela SEMSDC, destinando equipamento necessário para operacionalização do mesmo e indicando pelo menos 01(um) profissional da sede para ser treinado e apto a utilizar o sistema;
- 16.1.39. Só poderão participar prestadores de serviços com sede no Município de São Gonçalo;
- 16.1.40. Os serviços contratados deverão ser prestados pelos profissionais pertencentes ao quadro de funcionários do prestador, de acordo com as condições e especificações estabelecidas neste instrumento e no contrato;
- 16.1.41. Os prestadores receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores previstos na Tabela do SUS. Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização administrativa, cível e criminal;
- 16.1.42. Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SEMSDC e/ou FMS;

16.1.43. Os prestadores deverão manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;

16.1.44. Não poderá haver quaisquer obstáculos ou impedimentos às vistorias técnicas que serão realizadas pela Subsecretaria de Regulação Controle, Avaliação e Auditoria, por profissionais por ela designados e pelas Comissões do Conselho Municipal de Saúde;

16.1.45. Os encaminhamentos para os procedimentos com finalidade diagnóstica dos pacientes para os exames nas instituições privadas e filantrópicas conveniadas ao SUS, ocorrerão através do Sistema Oficial do SUS em vigor;

16.1.46. Utilizar o Sistema SIA/SUS, através do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA consolidado e individualizado) para apresentação da produção mensal dos procedimentos;

16.1.47. Todos os prestadores contratados ficarão sujeitos à auditoria da SEMSDC ou do Conselho Municipal de Saúde durante a vigência do contrato;

16.1.48. Todas as unidades prestadoras de serviços deverão utilizar o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações do Ministério da Saúde: <http://sigtap.datasus.gov.br>;

16.1.49. Ter conhecimento dos Pareceres, Resoluções e Leis do SUS;

16.1.50. A empresa contratada deverá estar disponível a prestação do serviço contratado a Secretaria Municipal de Saúde São Gonçalo a partir do momento de assinatura do contrato;

16.1.51. A empresa contratada deverá realizar todos os exames descritos no objeto deste projeto básico.

17. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

17.1. Responsabilizar-se pela cobrança indevida, feita a paciente ou a seu responsável legal, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste edital;

17.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante, aos pacientes ou a terceiros, quando da execução dos serviços. Essa responsabilidade da contratada não é excluída ou reduzida pela presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução do contrato pela contratante;

17.3. A contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, previdenciários, civis, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a contratante, a qualquer tempo, exigir a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos à contratada;

17.4. Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para a execução dos serviços necessários à execução do objeto deste edital, responsabilizando-se, ainda, por todos os encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais ou quaisquer outras advindas das contratações, previstas na legislação em vigor;

17.5. Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da pessoa jurídica de direito privado contratada ou ainda por funcionários terceirizados ou da verificação da existência de débitos previdenciários decorrentes da execução do contrato pela mesma, com a inclusão da SEMSDC e/ou FMS de São Gonçalo no polo passivo da ação, a SEMSDC e/ou FMS poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores cobrados, que poderão ser complementados por meio de nova retenção, em caso de insuficiência;

17.6. A retenção prevista na cláusula acima será realizada na data do conhecimento pela SEMSDC e/ou FMS da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários;

17.7. A quantia objeto de retenção na forma da cláusula 17.5 será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela contratada;

17.8. Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas na cláusula 17.5, a SEMSDC e/ou a FMS efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à contratada;

17.9. Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo, após o trânsito em julgado e/ou a realização do pagamento da dívida.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 São obrigações da contratante:

18.1.1. Realizar os pagamentos devidos à contratada, nas condições estabelecidas no edital, seus anexos e no contrato;

18.1.2. Atestar as notas fiscais;

18.1.3. Processar o faturamento;

18.1.4. Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

18.1.5. Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;

18.1.6. Analisar os relatórios e atividades elaborados pela pessoa jurídica de direito privado contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;

18.1.7. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela pessoa jurídica de direito privado contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;

18.1.8. Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelas pessoas jurídicas de direito privado contratadas, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;

18.1.9. Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

19 - NÃO PODERÃO CONTRATAR

19.1. Aqueles que deixarem de cumprir qualquer item deste projeto básico;

19.2. Prestadores declarados inidôneos por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual e/ou municipal;

19.3. Aquele que se encontrar em processo de falência ou recuperação judicial, concordatária, concurso de credores, dissolução e liquidação;

19.4. É vedada a participação de prestadores em consórcio.

20. DAS VISTORIAS TÉCNICAS, AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES

20.1. A SEMSDC designará através de Portaria a Comissão de Vistoria para Avaliação Técnica e Capacidade instalada das unidades participantes do certame objetivando a contratação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado na área de saúde de forma complementar, para realizar visitas técnicas nas unidades de Serviços de Terapia Renal Substitutiva, de todos os interessados, independente de prévio agendamento, para verificação da capacidade instalada e das reais condições de cumprimento dos itens constantes nesse projeto básico;

20.2. As vistorias técnicas serão realizadas a qualquer momento, mesmo após a assinatura do contrato, a critério da SEMSDC, FMS ou pelo Conselho Municipal de Saúde, independentes de prévia comunicação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

20.3. Todos os prestadores contratados ficarão sujeitos à auditoria da SEMSDC durante a vigência do contrato ou até quando a legislação vigente possibilitar tal ação, realizadas por auditores;

20.4. Todo prestador auditado pela SEMSDC deverá disponibilizar local para os auditores, responder relatório no tempo solicitado pela auditoria e disponibilizar documentação solicitada pela auditoria.

21. DO CONTRATO E TETO FINANCEIRO

21.1. Os prestadores selecionados serão chamados para assinatura do contrato, cuja minuta segue no Anexo IV deste projeto básico, conforme necessidade e conveniência da SEMSDC e/ou FMS, momento em que tomarão conhecimento do seu teto financeiro;

21.2. No momento da assinatura do contrato, caso não haja aceitação do prestador selecionado, deverá ser assinado Termo de Desistência;

21.3. Em caso de desistência de algum prestador selecionado, o seu teto financeiro será redistribuído entre os demais interessados aptos a contratar;

21.4. A assinatura do contrato ficará sob a responsabilidade da SEMSDC e/ou FMS;

21.5. A SEMSDC e/ou FMS pagará mensalmente aos prestadores de serviços contratados, pelos serviços efetivamente prestados, em valores unitários constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS em vigor na data da realização do evento. Os valores praticados serão atualizados, conforme reajuste da tabela do SUS;

21.6. Os valores destinados aos pagamentos dos prestadores de serviços contratados terá origem dentro dos tetos financeiros definidos previamente para cada município conforme pactuação na Programação Pactuada e Integrada - PPI e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB;

21.7. Considerando a limitação da rede municipal de assistência, a Administração pretende contratar os serviços listados no ANEXO III do presente Termo. A listagem não possui caráter limitativo, mas sim ilustrativo, não ficando limitada a Administração somente os serviços aqui relacionados, limitando-se ao teto financeiro estabelecido;

21.8. Capacidade de oferta, declarada pelo prestador conforme confirmado por Vistorias Técnicas realizadas pela comissão designada em portaria. O prestador deverá cumprir as metas estabelecidas no contrato de credenciamentos, sob pena de descontos proporcionais;

21.9. A distribuição dos valores entre os prestadores credenciados obedecerá aos seguintes critérios:

21.9. 1 - A Necessidade da SEMSDC e/ou FMS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

21.9.2 A capacidade instalada do prestador, observando-se o seguinte:

I - Qualificação Técnica;

II – Parque tecnológico disponível;

III – Recursos Humanos contratados;

IV - Relação de procedimentos disponibilizados a partir da Tabela SIGTAP.

22. DO PAGAMENTO AO CONTRATADO

22.1. O pagamento se fará de acordo com a produção efetivamente prestada e comprovada;

22.2. Os pagamentos das contratadas estarão vinculados aos repasses de competência do Ministério da Saúde;

22.3. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo nome do banco, número e agência deverão ser informados pelas credenciadas no momento da assinatura do contrato;

22.4. Todas as contratadas poderão de acordo com o Ministério da Saúde utilizar o sistema de BPA individualizado e/ou futuro sistema a ser implantado pelo Ministério da Saúde ou SEMSADC, para realização do fechamento de sua produção mensal;

22.5. O relatório e o fechamento da produção mensal deverão ser entregues na Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, na Coordenação de Faturamento, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço de acordo com o prazo estabelecido na Portaria MS/GM nº 2.617 de 1 de novembro de 2013;

22.6. A comprovação da realização dos procedimentos se dará pela assinatura do paciente nas fichas de presença, contendo os seguintes dados: nome e endereço completo; números da identidade, CPF, cartão SUS; endereço eletrônico e número telefônico, se tiver. A não assinatura do documento pelo paciente sempre antes do início do procedimento ou seu responsável/acompanhante, bem como a não indicação dos dados, poderá implicar o não pagamento do procedimento cobrado. Tais fichas deverão ficar à disposição do Gestor Municipal, bem como da Auditoria do DENASUS;

22.7. Para cada pagamento a contratada emitirá a nota fiscal que deverá vir acompanhada da comprovação da quitação dos encargos (INSS, ISS e FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecidos em papel impresso;

22.8. Caso os dados da nota estejam incorretos, a SEMSDC e/ou a FMS comunicará à contratada para emitir nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

22.9. O pagamento pelos serviços prestados apenas será feito após o devido ateste das notas fiscais, com base nos recursos previamente repassados pelo Ministério da Saúde do mês de competência da nota fiscal;

22.10. As faturas rejeitadas pela SEMSDC e/ou pela FMS serão devolvidas à contratada para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no próximo faturamento;

22.11. O prazo máximo de reapresentação das faturas rejeitadas é de até 3 (três) competências;

22.12. Findo este prazo sem que haja regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela SEMSDC e/ou FMS, a contratada está sujeita ao não recebimento pela prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

23. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

23.1. As participantes do chamamento público deverão obedecer, entre outras, às seguintes legislações, no que couber:

23.1.1. Constituição Federal de 1988, em especial o § 1º, do artigo 199;

23.1.2. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, em especial os artigos 24 a 26;

23.1.3. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, no que couber;

23.1.4. RDC/ANVISA nº 50 de 21/02/2002, ou outra que venha substituí-la;

23.1.5. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;

23.1.6. RDC nº 11 de 13 de março de 2014;

23.1.7. Lei Orgânica Municipal de São Gonçalo;

23.1.8. Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de 2017;

23.2. Somente poderão participar as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade compatível com o objeto deste credenciamento, ofereçam atendimento e estejam estabelecidas no Município de São Gonçalo/RJ, e que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais e infra legais pertinentes, independentemente de transcrição;

23.3. Não poderão participar as pessoas jurídicas;

23.3.1. Estrangeiras ou sob controle de capitais estrangeiros;

23.3.2. Sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;

23.3.3. Que estejam cumprindo pena, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas nos incisos III e IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93;

23.3.4. Em processo de falência, recuperação, liquidação ou dissolução;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

23.3.5. Cujos sócios, administradores e dirigentes ocupem cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do artigo 26, § 4º, da Lei nº 8.080/90;

23.3.6. Que possuam em seu quadro de funcionários servidor da SEMSDC ou da FMS, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

23.4. As participantes credenciadas, quando contratadas, deverão integrar-se ao Sistema Nacional de Regulação - SISREG ou o sistema utilizado pela contratante, destinando equipamento necessário e exclusivo (computador com *internet* banda larga) para operacionalização do mesmo, indicando pelo menos 01 (um) profissional/funcionário da sede para ser treinado e apto a utilizar o sistema, quando necessário;

23.5. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos pacientes encaminhados pela contratante e os demais pacientes atendidos pelo contratado;

23.6. Os representantes das participantes deverão identificar-se exibindo a carteira de identidade original, acompanhada do estatuto social da entidade e do instrumento de procuração, com firma reconhecida por autenticidade de cartório situado neste município, quando for o caso, para que sejam verificados os poderes do outorgante e do mandatário;

23.7. É vedada a representação de mais de uma participante no chamamento público por uma mesma pessoa;

23.8. Buscando a ordem serão permitidas somente a participação de 01 (um) representante para cada participante.

23.9 O prestador que atender as exigências formais da presente chamada pública serão submetidos a uma vistoria técnica pela equipe nomeada em portaria pela SEMSDC ou FMS.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do responsável pela elaboração

Submeto a autoridade superior.

Aprovo em ____/____/____

Assinatura do Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO I

SERVIÇOS DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

CÓDIGO	PROCEDIMENTO
0202010023	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO
0202010210	DOSAGEM DE CALCIO
0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL
0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL
0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL
0202010317	DOSAGEM DE CREATININA
0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA
0202010392	DOSAGEM DE FERRO SERICO
0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA
0202010430	DOSAGEM DE FOSFORO
0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE
0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA
0202010600	DOSAGEM DE POTASSIO
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES
0202010635	DOSAGEM DE SODIO
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)
0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA
0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS
0202010694	DOSAGEM DE UREIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D
0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA
0202020371	HEMATOCRITO
0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO
0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)
0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)
0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)
0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)
0202060250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)
0202060276	DOSAGEM DE PARATORMONIO
0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)
0202070085	DOSAGEM DE ALUMINIO
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)
0202080153	HEMOCULTURA
0305010093	HEMODIÁLISE (MÁXIMO 1 SESSÃO POR SEMANA - EXCEPCIONALIDADE)
0305010107	HEMODIÁLISE (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)
0305010115	HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (MÁXIMO 3 SE
0305010123	HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (EXCEPCIONAL
0305010166	MANUTENCAO E ACOMPANHAMENTO DOMICILIAR DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA /DPAC
0305010182	TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DIALISE PERITONEAL - DPAC-DPA (9 DIAS)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0418010021	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA C/ ENXERTO AUTOLOGO
0418010030	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA P/ HEMODIALISE
0418010048	IMPLANTE DE CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE
0418010064	IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN P/HEMODIALISE
0418010080	IMPLANTE DE CATETER TIPO TENCKHOFF OU SIMILAR P/ DPA/DPAC
0418020019	INTERVENCAO EM FISTULA ARTERIO-VENOSA
0418020027	LIGADURA DE FISTULA ARTERIO-VENOSA
0418020035	RETIRADA DE CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA
0702100013	CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE
0702100021	CATETER P/ SUBCLAVIA DUPLO LUMEN P/ HEMODIALISE
0702100030	CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA P/ DPI/DPAC/DPA
0702100048	CONJ.TROCA P/DPA (PACIENTE-MES C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCAO DA MAQUINA CICLADORA)
0702100056	CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPA (PACIENTE-15 DIAS C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCA
0702100064	CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPAC (PACIENTE-MES) CORRESPONDENTE A 120 UNIDADES
0702100072	CONJUNTO DE TROCA P/ TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA / DPAC (9 DIAS) CORRESPONDENTE A 36 UNID
0702100099	DILATADOR P/ IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0702100102	GUIA METALICO P/ INTRODUCAO DE CATETER DUPLO LUMEN
------------	--

ANEXO II

SÉRIE HISTÓRICA DE PRODUÇÃO - ANO 2018

<u>ESTABELECIMENTOS</u> <ul style="list-style-type: none">• CNL MANGUEIRA - CNES: 2292114• CNL ALCANTARA - CNES: 2292122• PURA CENTRO DE TERAPIA RENAL – CNES: 6466931		
PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS		
Período: Jan/2018 a Dez/2018	ATUAL	
PROCEDIMENTO	Frequência	Vl.Aprovado
0202010023 DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	678	1.362,78
0202010210 DOSAGEM DE CALCIO	6683	12.363,55
0202010279 DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	666	2.337,66
0202010287 DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	666	2.337,66
0202010295 DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	666	1.232,10
0202010317 DOSAGEM DE CREATININA	2407	4.452,95
0202010384 DOSAGEM DE FERRITINA	2323	36.215,57
0202010392 DOSAGEM DE FERRO SERICO	2322	8.150,22
0202010422 DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	2313	4.649,13
0202010430 DOSAGEM DE FOSFORO	6682	12.361,70
0202010473 DOSAGEM DE GLICOSE	2722	5.035,70
0202010503 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	390	3.065,40
0202010600 DOSAGEM DE POTASSIO	6681	12.359,85
0202010627 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	2313	4.279,05
0202010635 DOSAGEM DE SODIO	3172	5.868,20
0202010651 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	6677	13.420,77
0202010660 DOSAGEM DE TRANSFERRINA	2319	9.554,28



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0202010678 DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	665	2.334,15
0202010694 DOSAGEM DE UREA	13167	24.358,95
0202010767 DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	584	8.900,16
0202020304 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	4369	6.684,57
0202020371 HEMATOCRITO	4369	6.684,57
0202020380 HEMOGRAMA COMPLETO	2317	9.522,87
0202030300 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	669	6.690,00
0202030636 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	1176	21.814,80
0202030679 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	1206	22.371,30
0202030970 PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	1304	24.189,20
0202060250 DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	316	2.831,36
0202060276 DOSAGEM DE PARATORMONIO	1783	76.900,79
0202060373 DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	314	2.750,64
0202070085 DOSAGEM DE ALUMINIO	659	18.122,50
0202080072 BACTERIOSCOPIA (GRAM)	28	78,40
0202080153 HEMOCULTURA	91	1.045,59
Total	82697	374.326,42
PROCEDIMENTOS DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA		
Período: Jan/2018 a Dez/2018	ATUAL	
PROCEDIMENTO	Frequência	VL.Aprovado
305010093 HEMODIÁLISE (MÁXIMO 1 SESSÃO POR SEMANA EXCEPCIONALIDADE)	414	80.398,80
0305010107 HEMODIÁLISE (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)	73437	14.261.465,40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0305010115 HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (MÁXIMO 3 SE	7417	1.968.545,97
0305010123 HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (EXCEPCIONAL	13	3.450,33
0305010166 MANUTENCAO E ACOMPANHAMENTO DOMICILIAR DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA /DPAC	253	90.589,18
0305010182 TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DIALISE PERITONEAL - DPAC-DPA (9 DIAS)	13	716,69
0418010021 CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA C/ ENXERTO AUTOLOGO	4	2.742,12
0418010030 CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA P/ HEMODIALISE	122	73.200,00
0418010048 IMPLANTE DE CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE	37	7.400,00
0418010064 IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN P/HEMODIALISE	232	26.867,92
0418010080 IMPLANTE DE CATETER TIPO TENCKHOFF OU SIMILAR P/ DPA/DPAC	16	6.400,00
0418020019 INTERVENCAO EM FISTULA ARTERIO-VENOSA	8	4.800,00
0418020027 LIGADURA DE FISTULA ARTERIO-VENOSA	4	2.400,00
0418020035 RETIRADA DE CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA	13	5.200,00
0702100013 CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE	37	17.846,58
0702100021 CATETER P/ SUBCLAVIA DUPLO LUMEN P/ HEMODIALISE	232	15.024,32
0702100030 CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA P/ DPI/DPAC/DPA	16	2.396,00
0702100048 CONJ.TROCA P/DPA (PACIENTE-MES C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCAO DA MAQUINA CICLADORA)	162	406.861,38
0702100056 CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPA (PACIENTE-15 DIAS C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCA	2	2.511,48



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0702100064 CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPAC (PACIENTE-MES) CORRESPONDENTE A 120 UNIDADES	81	153.388,08
0702100072 CONJUNTO DE TROCA P/ TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA / DPAC (9 DIAS)CORRESPONDENTE A 36 UNID	13	7.922,07
0702100099 DILATADOR P/ IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN	232	5.008,88
0702100102 GUIA METALICO P/ INTRODUCAO DE CATETER DUPLO LUMEN	232	3.575,12
Total	82990	17.148.710,32



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO III
ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO ANUAL PARA O SERVIÇO DE
NEFROLOGIA

ESTIMATIVA DE PROCEDIMENTOS DE NEFROLOGIA			
TOTAL DE PONTOS: 108			
DISPONIBILIDADE DE VAGAS PARA O SUS: NEGATIVAS: 528 POSITIVAS: 35 TOTAL			
DE VAGAS: 563			
CDPA 35			
PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO	FISICO ANUAL	FINANCEIRO ANUAL
0202010600 DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 1,85	6756	R\$ 12.498,60
0202010210 DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 1,85	6756	R\$ 12.498,60
0202010635 DOSAGEM DE SODIO	R\$ 1,85	6756	R\$ 12.498,60
0202010651 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO- PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,01	6756	R\$ 13.579,56
0202010430 DOSAGEM DE FOSFORO	R\$ 1,85	6756	R\$ 12.498,60
0202010473 DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 1,85	6756	R\$ 12.498,60
0202010694 DOSAGEM DE UREIA ((pré e pós a sessão de hemodialise)	R\$ 1,85	6756	R\$ 12.498,60
0202020304 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R\$ 1,53	6756	R\$ 10.336,68



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0202020371 HEMATOCRITO	R\$ 1,53	6756	R\$ 10.336,68
0202010317 DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85	6756	R\$ 12.498,60
0202020380 HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11	2252	R\$ 9.255,72
0202010660 DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 4,12	2252	R\$ 9.278,24
0202010384 DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59	2252	R\$ 35.108,68
0202010392 DOSAGEM DE FERRO SERICO	R\$ 3,51	2252	R\$ 7.904,52
0202010422 DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 2,01	2252	R\$ 4.526,52
0202060276 DOSAGEM DE PARATORMONIO	R\$ 43,13	2252	R\$ 97.128,76
0202010627 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R\$ 1,85	2252	R\$ 4.166,20
0202010503 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 7,86	2252	R\$ 17.700,72
0202010767 DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	R\$ 15,24	1126	R\$ 17.160,24
0202030636 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 18,55	1126	R\$ 20.887,30
0202030679 PESQUISA DE ANTICORPOS ONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 18,55	1126	R\$ 20.887,30



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0202030970 PESQUISA DE ANTIGENO DE UPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55	1126	R\$ 20.887,30
0202010023 DETERMINACAO DE CAPACIDAD E DE FIXACAO DO FERRO	R\$ 2,01	563	R\$ 1.131,63
0202010295 DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85	563	R\$ 1.041,55
0202010279 DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51	563	R\$ 1.976,13
0202010287 DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51	563	R\$ 1.976,13
0202030300 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 10,00	563	R\$ 5.630,00
0202010678 DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51	563	R\$ 1.976,13
0202060250 DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 8,96	563	R\$ 5.044,48
0202060373 DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R\$ 8,76	563	R\$ 4.931,88
0202070085 DOSAGEM DE ALUMINIO	R\$ 27,50	563	R\$ 15.482,50
0202080153 HEMOCULTURA	R\$ 11,49	563	R\$ 6.468,87
0202080072 BACTERIOSCOPIA (GRAM)	R\$ 2,80	563	R\$ 1.576,40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0305010093 HEMODIÁLISE (MÁXIMO 1 SESSÃO POR SEMANA - EXCEPCIONALIDADE)	R\$ 194,20	108	R\$ 20.973,60
0305010107 HEMODIÁLISE (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)	R\$ 194,20	75996	R\$ 14.758.423,20
0305010115 HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)	R\$ 265,41	5040	R\$ 1.337.666,40
0305010123 HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (EXCEPCIONAL)	R\$ 265,41	12	R\$ 3.184,92
0305010166 MANUTENCAO E COMPANHAMENTO DOMICILIAR DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA /DPAC	R\$ 358,06	420	R\$ 150.385,20
0305010182 TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DIALISE PERITONEAL - DPAC-DPA (9 DIAS)	R\$ 55,13	420	R\$ 23.154,60
0702100048 CONJ.TROCA P/DPA PACIENTE-MES C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCAO DA MAQUINA CICLADORA)	R\$ 2.511,49	420	R\$ 1.054.825,80
0702100056 CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPA (PACIENTE-15 DIAS C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCA	R\$ 1.255,74	420	R\$ 527.410,80



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0702100064 CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPAC (PACIENTE-MES) CORRESPONDENTE A 120 UNIDADES	R\$ 1.893,68	420	R\$ 795.345,60
0702100072 CONJUNTO DE TROCA P/ TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA / DPAC (9 DIAS) CORRESPONDENTE A 36 UNID	R\$ 609,39	12	R\$ 7.312,68
0418010030 CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO- VENOSA P/ HEMODIALISE	R\$ 600,00	360	R\$ 216.000,00
0418010064 IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN P/HEMODIALISE	R\$ 115,81	12	R\$ 1.389,72
0418010080 IMPLANTE DE CATETER TIPO TENCKHOFF OU SIMILAR P/ DPA/DPAC	R\$ 400,00	12	R\$ 4.800,00
0418020019 INTERVENCAO EM FISTULA ARTERIO-VENOSA	R\$ 600,00	12	R\$ 7.200,00
0418020027 LIGADURA DE FISTULA ARTERIO-VENOSA	R\$ 600,00	12	R\$ 7.200,00
0418020035 RETIRADA DE CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA	R\$ 400,00	12	R\$ 4.800,00
0702100013 CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE	R\$ 482,34	12	R\$ 5.788,08
0702100021 CATETER P/ SUBCLAVIA DUPLO LUMEN P/ HEMODIALISE	R\$ 64,76	36	R\$ 2.331,36
0702100030 CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA P/ DPI/DPAC/DPA	R\$ 149,75	12	R\$ 1.797,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0418010048 IMPLANTE DE CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE	R\$ 200,00	36	R\$ 7.200,00
0702100099 DILATADOR P/ IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN	R\$ 21,59	36	R\$ 777,24
0702100102 GUIA METALICO INTRODUCAO DE CATETER DUPLO LUMEN	R\$ 15,41	36	R\$ 554,76
ESTIMATIVA MENSAL			R\$ 1.614.365,94
TOTAL ANUAL			R\$ 19.372.391,28



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ____/2019, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E
DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO E
____ PARA
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
ESPECIALIZADO EM TERAPIA RENAL
SUBSTITUTIVA, DE FORMA
COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO
DE SAÚDE (SUS).**

O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL - SEMSDC**, órgão do poder executivo municipal, componente da Administração Pública Direta, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0009-50, com endereço à Avenida São Gonçalo, n.º 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, neste ato representada por seu Secretário, Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____ - expedida pelo ____/____, devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, nomeado(a) pela Portaria n.º _____, publicada no DO municipal em ____/____/____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ e no CNES sob n.º _____, domiciliada



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

à _____, _____ - São Gonçalo/RJ, CEP _____ - _____,
neste ato representada por seu(sua) _____ (mencionar o cargo ou
função do representante legal autorizado), Sr(a). _____
(nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de identidade n.º
_____ - expedida pelo _____/_____, devidamente inscrito(a) no
CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**,
tendo em vista o que dispõe os artigos 6º, 196 e 199, § 1º, da CRFB/88, 4º, § 2º, 24 a 26 da
Lei n.º 8.080/1990, Lei n.º 8.666/1993, no que couber, Portarias de Consolidação do
Ministério da Saúde de 2017, além das demais disposições legais e infra legais aplicáveis,
bem como pelo disposto no Edital de Chamamento Público n.º ____/____ e seus anexos,
resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços que se regerá pelas cláusulas
seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados em Terapia Renal Substitutiva, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, conforme discriminado no documento descritivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O documento descritivo, parte integrante deste contrato, deverá conter:

II- Definição de metas físicas (quantitativas);

II- Definição de metas qualitativas.

III- Descrição da estrutura física, tecnológica e recursos humanos necessários.

Parágrafo Primeiro: O documento descritivo terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser alterado a qualquer tempo quando acordado entre as partes;

Parágrafo Segundo: As partes se obrigam, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias antes do término do prazo do documento descritivo, a realizarem nova negociação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Parágrafo Terceiro: Quando da renovação do documento descritivo, deverá ser feita revisão dos valores financeiros e/ou adequação de metas qualitativas e quantitativas;

Parágrafo Quarto: O documento descritivo será atualizado, nos seus dispositivos físicos e financeiros, em decorrência do processo de adequação e remanejamento da Programação Pactuada e Integrada (PPI) e/ou reajuste da Tabela SUS, ficando desde já ressalvado que tal atualização sempre deverá observar a capacidade técnica, financeira e operacional do contratado;

Parágrafo Quinto: As alterações do documento descritivo serão objeto de publicação no Diário Oficial de São Gonçalo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Elaborar Protocolo/fluxo de acesso dos pacientes;
- b) Elaborar o Documento Descritivo;
- c) Dispor do Serviço de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;
- d) Regular a demanda/oferta de consultas e exames;
- e) Fiscalizar a execução das ações e serviços contratados;
- f) Analisar e acompanhar os procedimentos da Tabela SUS realizados pelo contratado comparando-a com as metas do documento descritivo;
- g) Identificar mudanças epidemiológicas que impliquem na necessidade de alterações no documento descritivo;
- h) Garantir a ininterrupta atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) e a Ficha de Programação Orçamentária (FPO);
- i) Manter atualizada as versões oficiais do Sistema Único de Saúde;
- j) Manter atualizada as portarias do Ministério da Saúde;
- l) efetuar transferência de recursos financeiros estabelecida neste instrumento de acordo com o valor faturado e auditado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

II- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a) Cumprir as metas estabelecidas no documento descritivo;
- b) Integrar-se ao Complexo de Regulação de São Gonçalo, através do Sistema Nacional de Regulação (SISREG) ou sistema utilizado pela contratante;
- c) Submeter-se à regulação, controle, avaliação e auditoria instituída pela contratante;
- d) Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), informando a contratante qualquer alteração ocorrida;
- e) Disponibilizar mensalmente, na própria sede do contratado, documentação comprobatória da execução dos serviços assistenciais;
- f) Aplicar o recurso financeiro, de acordo com objeto do contrato assinado entre as partes;
- g) Comunicar a contratante toda e qualquer alteração ocorrida em seus Estatutos Sociais, bem como, as mudanças de diretoria ou substituição de seus membros;
- h) Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- i) Comunicar imediatamente a contratante a ocorrência de equipamentos com defeitos técnicos que necessitem intervalos de uso para a manutenção ou substituição, ou na ausência temporária e justificada de profissionais para a prestação dos serviços ora contratados, com o objetivo das partes obterem uma solução visando a não interrupção da assistência;
- j) Responsabilizar-se por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do instrumento contratual;
- l) Manter atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, bem como garantir o sigilo do prontuário médico, que somente poderá ser liberado nas hipóteses previstas na legislação e no Código de Ética Médica;
- m) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços e garantindo a integridade física e a proibição de exposição do paciente;
- n) Garantir que todas as ações e serviços executados no âmbito deste contrato não oferecerão ônus para o paciente em qualquer hipótese;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

- o) Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- p) Responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos;
- q) É de responsabilidade exclusiva e integral do contratado a utilização de pessoal necessário à execução contratual, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;
- r) Submeter-se às normas emanadas pelo Sistema Único de Saúde, em conformidade com o art. 26, §2º da Lei 8.080/90;
- s) Realizar atendimentos de modo humanizado, conforme com a Política Nacional de Humanização do SUS.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Parágrafo Primeiro: O valor mensal estimado para a execução do presente contrato importa em R\$ _____ (_____), que será pago mediante a produção aprovada nos Sistemas Oficiais do SUS;

Parágrafo Segundo: O percentual estimado para a execução das metas qualitativas será de 10% do total da produção aprovada nos Sistemas Oficiais do SUS, utilizando o seguinte parâmetro:

- I- Cumprimento de 90% a 100% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 100%, que equivale à excelente;
- II- Cumprimento de 80% a 89% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 80%, que equivale a ótimo;
- III- Cumprimento de 70% a 79% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 70%, que equivale a bom;
- IV- Cumprimento de 60% a 69% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 60%, que equivale a ruim;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

V- Cumprimento abaixo de 50% das metas qualitativas pactuadas equivale a péssimo.

Parágrafo Terceiro: Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os reajustes serem registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Quarto: O pagamento do contratado está vinculado aos repasses de competência do Ministério da Saúde;

Parágrafo Quinto: O cumprimento das metas quantitativas e qualitativas estabelecida no documento descritivo deverá ser atestado pela comissão de fiscalização;

Parágrafo Sexto: Os descontos referentes às metas quantitativas levarão em consideração as críticas (glosas) ocorridas no processamento da produção no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), Sistema de Informações Hospitalar Descentralizado (SIHD), serviços não cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), erros de Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e Folha de Programação Orçamentária (FPO);

Parágrafo Sétimo: Os valores previstos no contrato poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante a celebração de termo aditivo que será devidamente publicado e enviado ao Ministério da Saúde;

Parágrafo Oitavo: A contratante aumentará o teto financeiro e o repasse de verbas que se trata este contrato na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS, levando em consideração a dotação orçamentária, a necessidade do município, a capacidade instalada e a série histórica dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Programa de Trabalho nº _____, Natureza de Despesa _____, Fonte de Recurso _____ e Nota de Empenho;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Parágrafo Único: Os recursos do presente contrato serão depositados na Conta _____, Agência _____ do Banco _____.

CLÁUSULA SEXTA - DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro: A comissão de fiscalização será constituída pelos seguintes representantes: 03 (três) da contratante e 02 (dois) do contratado;

Parágrafo Segundo: A comissão de fiscalização terá como atribuição acompanhar a execução do presente contrato, principalmente no tocante as metas quantitativas e qualitativas pactuadas no documento descritivo;

Parágrafo Terceiro: A comissão de fiscalização do contrato será criada pela contratante até 15 (quinze) dias, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

Parágrafo Quarto: O contratado deverá apresentar em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, o nome dos representantes que farão parte da comissão de fiscalização;

Parágrafo Quinto: Qualquer alteração na composição da comissão de fiscalização deverá ser homologada e publicada em Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

Parágrafo Sexto: A substituição do representante do contratado, no caso de impossibilidade do comparecimento na reunião agendada deverá ser formalizada através de documento a ser entregue aos representantes da contratante;

Parágrafo Sétimo: Na hipótese de mudança definitiva de representante na comissão de fiscalização deverá ser encaminhado documento formal a contratante indicando a substituição juntamente com a cópia da Carteira de Identidade e CPF do novo representante;

Parágrafo Oitavo: Não poderá fazer parte da comissão de fiscalização aquele que pertencer simultaneamente aos quadros de funcionários da contratante e do contratado;

Parágrafo Nono: Os representantes da comissão de fiscalização não serão remunerados por esta atividade e deverão se reunir, no mínimo, trimestralmente, ou em casos extraordinários, conforme cronograma elaborado pela contratante, que será comunicado ao contratado, com antecedência de pelo menos 07 (sete) dias antes da data agendada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Parágrafo Décimo: O contratado fica obrigado a fornecer à comissão de fiscalização todos os documentos e informações necessárias à avaliação do cumprimento das metas fixadas no documento descritivo, sempre respeitando as limitações impostas pelos Conselhos Técnicos Federais e Regionais;

Parágrafo Décimo Primeiro: A contratante deverá elaborar ata constando o resumo e assinatura de todos os representantes presentes;

Parágrafo Décimo Segundo: As metas que a comissão de fiscalização entender que necessitam de comprovação documental deverá constar em ata, com prazo para apresentação, podendo a contratante realizar visitas na sede do conveniado, a qualquer momento, independente de aviso;

Parágrafo Décimo Terceiro: O não cumprimento pelo contratado das metas qualitativas pactuadas no documento descritivo implicará em descontos no repasse financeiro;

Parágrafo Décimo Quarto: A existência da comissão de fiscalização mencionada nesta cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (federal, estadual, municipal).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente pela contratante quando ocorrer à constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;

Parágrafo Primeiro: O Conselho Municipal de Saúde deverá manifestar-se sobre a rescisão deste contrato, devendo avaliar os prejuízos que esse fato poderá acarretar para a população;

Parágrafo Segundo: A rescisão do contrato deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

CLÁUSULA OITAVA- DA RESILIÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Qualquer um dos partícipes poderá requerer a rescisão do presente contrato, com comunicação do fato, devidamente fundamentado, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, devendo ser respeitado o andamento de atividades que não puderem ser interrompidas neste prazo ou que possam causar prejuízo à saúde da população;

Parágrafo Único - Ressalvada a possibilidade de denúncia imediata ou em menor prazo, quando constatar, através de decisão devidamente fundamentada, a ausência de prejuízo à população e à persecução do objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Os contratantes decidem aplicar ao presente contrato, no que couber, o disposto na Lei 8666/93, no caso de descumprimento por qualquer um dos partícipes das cláusulas e condições nele estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Fica definido que as questões que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes serão encaminhadas ao Conselho Municipal de Saúde, principalmente os referentes ao documento descritivo, cabendo recurso ao Conselho Estadual de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A contratante providenciará a publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de ____ de _____ de ____, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da contratante, concordância do contratado e comprovada vantagem para a Administração Pública;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Parágrafo Primeiro: Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato, a contratante vistoriará as instalações da contratada para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do cadastramento. A vistoria será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do contrato;

Parágrafo Segundo: A prestação dos serviços objeto do presente deverá ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro de São Gonçalo, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor.

São Gonçalo, __ de _____ de 2019.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

PROVEDOR/PRESIDENTE

Testemunhas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

DOCUMENTO DESCRITIVO

NOME : _____

PERÍODO DE VIGÊNCIA: _____

1- DOCUMENTO DESCRITIVO – METAS QUALITATIVAS

GESTÃO	Situação Atual	Meta
1. Apresentar escala dos profissionais (médico nefrologista, enfermeiro, nutricionista, psicólogo e assistente social).		
2. Apresentar o Certificado de Responsabilidade Técnica de todos os profissionais.		
3. Apresentar os protocolos de Norma e Rotinas dos Serviços.		
4. Apresentar o Plano de Segurança do Paciente.		
ATENÇÃO Á SAÚDE		
1. Apresentar portaria da designação da Comissão de Prontuários e da Comissão de Humanização da Assistência.		
2. Apresentar trimestralmente relatório ao Gestor Municipal contendo: qualidade dos registros, controle de preenchimento, guarda dos prontuários, ficha de atendimento e boletim de emergência no que se refere a confidencialidade, integridade, fácil acesso e sigilo profissional.		
3. Apresentar trimestralmente ações desenvolvidas de humanização (Realizar treinamentos, palestras, cursos).		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

AREA FÍSICA	Situação Atual	Meta
1. Apresentar alvará sanitário dentro do prazo de validade;		
2. Possuir ambiente iluminado e climatizado.		
3. Manter os ambientes identificados e de fácil visualização;		
4. Ofertar acessibilidade à pessoa com deficiência - Rampas de acesso e elevador nos locais possíveis de colocação (cadeira de rodas e macas de transporte) disponíveis na unidade;		
5. Possuir cobertura (toldo) na porta de entrada		
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	Situação Atual	Meta
1. Dispor de equipamentos compatíveis com a demanda prevista e com os protocolos assistenciais para o seu funcionamento.		
2. Possuir equipamentos de hemodiálise de reserva em número suficiente para assegurar a continuidade do atendimento		
3. Apresentar o Certificado do Responsável Técnico pela operação do Sistema de Tratamento de Água para hemodiálise e os respectivos laudos das análises.		
PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DO SUS		
HumanizaSUS	Situação Atual	Meta
1. Implantar ouvidoria para usuários e trabalhadores (local para atendimento individual e reservado com registro das informações);		
2. Relatório mensal de respostas e divulgação dos resultados da ouvidoria;		
3. Disponibilizar recursos físicos que visam garantir a segurança e integridade física dos usuários e trabalhadores (existência de seguranças, barreira de proteção, alerta de piso escorregadio, sistema que permita comunicação paciente/enfermagem);		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

4. Salubridade - Tornar a unidade um local com condições salubres dentro do que é preconizado para que os funcionários possam desenvolver trabalho de qualidade.		
SAÚDE DO TRABALHADOR	Situação Atual	Meta
1. Apresentar trimestralmente ao Gestor Municipal relatório de doenças (lesões) frequentes relacionadas ao trabalho envolvendo todos os profissionais da Unidade, discriminadas mensalmente;		
2. Apresentar trimestralmente ao Gestor Municipal relatório do serviço de dosimetria dos profissionais que utilizam dosímetro nos serviços de radiologia (quando dispuser do serviço);		
3. Definir e apresentar protocolo e garantir atendimento e acompanhamento para os casos de acidente biológico e notificar mensalmente todos os acidentes com material perfuro cortante por profissional (quando dispuser do serviço);		
4. Apresentar protocolo de rotina de utilização de EPI pela equipe.		
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	Situação Atual	Meta
1. Apresentar relatório trimestral contendo o percentual dos profissionais envolvidos em ações de Educação Permanente (treinamentos, reorganização dos serviços,) Participação em programas de qualidade de vida em parceria com a comunidade (tais como: reciclagem e coleta de lixo, horta comunitária, alfabetização e outros) e campanhas/cooperação técnica entre a Instituição a e SMS;		
2. Percentual por categoria de trabalhadores que participam de pelo menos 01 curso de aperfeiçoamento técnico em sua área de atuação.		

CLASSIFICAÇÃO	% REFERÊNCIA
---------------	--------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Excelente	90 a 100%
Ótimo	80 a 89%
Bom	70 a 79%
Ruim	60 a 69%
Péssimo	Abaixo de 60%

Pontuação: ()

São Gonçalo, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Gestor Municipal

Assinatura do Representante da Unidade

2- DOCUMENTO DESCRITIVO – METAS QUANTITATIVAS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	META MENSAL	VALOR MENSAL
0202010023	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	XXX	XXX
0202010210	DOSAGEM DE CALCIO	XXX	XXX
0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	XXX	XXX
0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	XXX	XXX
0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	XXX	XXX
0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	XXX	XXX
0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	XXX	XXX
0202010392	DOSAGEM DE FERRO SERICO	XXX	XXX
0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	XXX	XXX
0202010430	DOSAGEM DE FOSFORO	XXX	XXX
0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	XXX	XXX
0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	XXX	XXX
0202010600	DOSAGEM DE POTASSIO	XXX	XXX
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	XXX	XXX
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	XXX	XXX
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	XXX	XXX
0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	XXX	XXX
0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	XXX	XXX
0202010694	DOSAGEM DE UREIA	XXX	XXX
0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	XXX	XXX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	XXX	XXX
0202020371	HEMATOCRITO	XXX	XXX
0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	XXX	XXX
0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	XXX	XXX
0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	XXX	XXX
0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	XXX	XXX
0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	XXX	XXX
0202060250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	XXX	XXX
0202060276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	XXX	XXX
0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	XXX	XXX
0202070085	DOSAGEM DE ALUMINIO	XXX	XXX
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	XXX	XXX
0202080153	HEMOCULTURA	XXX	XXX
0305010093	HEMODIÁLISE (MÁXIMO 1 SESSÃO POR SEMANA - EXCEPCIONALIDADE)	XXX	XXX
0305010107	HEMODIÁLISE (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)	XXX	XXX
0305010115	HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (MÁXIMO 3 SE	XXX	XXX
0305010123	HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV	XXX	XXX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

	E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (EXCEPCIONAL)		
0305010166	MANUTENCAO E ACOMPANHAMENTO DOMICILIAR DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA /DPAC	XXX	XXX
0305010182	TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DIALISE PERITONEAL - DPAC-DPA (9 DIAS)	XXX	XXX
0418010021	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA C/ ENXERTO AUTOLOGO	XXX	XXX
0418010030	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA P/ HEMODIALISE	XXX	XXX
0418010048	IMPLANTE DE CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE	XXX	XXX
0418010064	IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN P/HEMODIALISE	XXX	XXX
0418010080	IMPLANTE DE CATETER TIPO TENCKHOFF OU SIMILAR P/ DPA/DPAC	XXX	XXX
0418020019	INTERVENCAO EM FISTULA ARTERIO-VENOSA	XXX	XXX
0418020027	LIGADURA DE FISTULA ARTERIO-VENOSA	XXX	XXX
0418020035	RETIRADA DE CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA		
0702100013	CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE		
0702100021	CATETER P/ SUBCLAVIA DUPLO LUMEN P/ HEMODIALISE		
0702100030	CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA P/ DPI/DPAC/DPA		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0702100048	CONJ.TROCA P/DPA (PACIENTE-MES C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCAO DA MAQUINA CICLADORA)		
0702100056	CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPA (PACIENTE-15 DIAS C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCA		
0702100064	CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPAC (PACIENTE-MES) CORRESPONDENTE A 120 UNIDADES		
0702100072	CONJUNTO DE TROCA P/ TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA / DPAC (9 DIAS)CORRESPONDENTE A 36 UNID		
0702100099	DILATADOR P/ IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN		
0702100102	GUIA METALICO P/ INTRODUCAO DE CATETER DUPLO LUMEN		

São Gonçalo, ____ de ____ de 20____.

Assinatura do Gestor Municipal

Assinatura do Representante da Unidade

ANEXO II

TIMBRE DA PROPONENTE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

MODELO DE REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO DE ANÁLISE DOCUMENTAL E SELEÇÃO
(PORTARIA Nº. 083/SEMSDC/2019)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2019/SEMSDC

A Proponente, com sede na _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____ e no CNES sob o nº. _____, com sede na _____, com endereço eletrônico _____, e telefone nº. _____ (____) _____ requer, por intermédio do presente documento, seu CREDENCIAMENTO para a Prestação de Serviços na Área Terapia Renal Substitutiva, de forma complementar ao SUS, a pacientes oriundos do SUS, conforme Edital do Chamamento Público nº. ____/2019/SEMSDC, publicado em _____, declarando, sob as penas da lei, que:

- a) conhece os termos do Edital de Chamamento Público, bem como todas as condições necessárias para a participação no processo de credenciamento, com os quais concorda;
- b) as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras;
- c) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no edital e que não está impedida de participar do presente Chamamento Público e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades nem de fatos impeditivos de sua habilitação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

d) que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha a alterar a sua atual situação quanto à regularidade jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;

e) está de acordo com valores definidos na atual Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Anexo ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento.

Pede deferimento.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO III

TIMBRE DA PROPONENTE

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO DE ANÁLISE DOCUMENTAL E SELEÇÃO
(PORTARIA Nº. 083/SEMSDC/2019).

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2019/SEMSDC

Por meio deste instrumento, fica credenciado(a) o(a) Sr(a) _____, subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____, devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, que exerce a função de _____, para representar a (nome da pessoa jurídica de direito privado) no Chamamento Público em epígrafe, podendo assinar atas, declarações e propostas, receber comunicações, tomar ciência de decisões, apresentar impugnações e recursos, desistir de recursos, deliberar sobre todos os assuntos, e, por fim, praticar todo e qualquer ato necessário à participação da Participante/Proponente no processo de chamamento.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO IV

TIMBRE DA PROPONENTE

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO DE ANÁLISE DOCUMENTAL E SELEÇÃO
(PORTARIA Nº. 083/SEMSDC/2019)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2019/SEMSDC.

A (nome da pessoa jurídica de direito privado participante), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ e no CNES sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao estabelecido no Edital de Chamamento Público n.º ____/2019/SEMSDC, DECLARA, sob as penas da lei, que aceita os preços praticados pela Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, para pagamento dos procedimentos contratados, estando também ciente de que os reajustes aplicados aos referidos procedimentos obedeceram às determinações do Ministério da Saúde.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO V

TIMBRE DA PROPONENTE

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO DE ANÁLISE DOCUMENTAL E SELEÇÃO
(PORTARIA Nº. 083/SEMSDC/2019)

CHAMAMENTO PÚBLICOº. 003/2019/SEMSDC

A (nome da pessoa jurídica de direito privado), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e no CNES sob o n.º _____, com sede na _____, em cumprimento ao Edital de Chamamento Público n.º ____/2019/SEMSDC e visando ao credenciamento junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência de São Gonçalo para prestação de Serviços na Área de Terapia Renal Substitutiva, de forma complementar ao SUS, declara, por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera federativa e que não está cumprindo penalidade de suspensão de participar de licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO VI

TIMBRE DA PROPONENTE

**DECLARAÇÃO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E MÁXIMOS DOS
PROCEDIMENTOS A SEREM OFERTADOS**

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO DE ANÁLISE DOCUMENTAL E SELEÇÃO
(PORTARIA Nº. 083/SEMSDC/2019)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2019/SEMSDC

A (nome da pessoa jurídica de direito privado), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ e no CNES sob o n.º _____, com sede na _____, declara que tem disponibilidade para prestar serviços na área de Terapia Renal Substitutiva, com capacidade para ofertar anualmente as quantidades de procedimentos abaixo listadas:

Grupo	Código	Procedimento/Exame	Capacidade mínima instalada	Capacidade máxima instalada

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO VII

TIMBRE DA PROPONENTE

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO DE ANÁLISE DOCUMENTAL E SELEÇÃO
(PORTARIA Nº. 083/SEMSDC/2019)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2019/SEMSDC.

A (nome da pessoa jurídica de direito privado participante), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ e no CNES sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao estabelecido no Edital de Chamamento Público n.º ____/2019/SEMSDC, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a) Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, e inciso V, do artigo 27, da Lei n.º 8.666/1993, com redação determinada pela Lei n.º 9.854/1999;
- b) Seus sócios, administradores e dirigentes não ocupam cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do artigo 26, § 4º, da Lei nº 8.080/90;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

c) Não há em seu quadro de funcionários servidor ou dirigente da SEMSDC ou Fundação Municipal de Saúde, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO VIII

TIMBRE DA PROPONENTE

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO.

COMISSÃO DE ANÁLISE DOCUMENTAL E SELEÇÃO
(PORTARIA Nº. 083/SEMSDC/2019)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2019/SEMSDC

A (nome da pessoa jurídica de direito privado participante), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ e no CNES sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao estabelecido no Edital de Chamamento Público n.º ____/____, DECLARA, sob as penas da lei, que possui pleno conhecimento do Edital de Chamamento Público n.º ____/2019/SEMSDC, que objetiva o credenciamento e a possível contratação de pessoas jurídicas de direito privado, habilitadas pelo Ministério da Saúde e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sediadas ou estabelecidas neste município, com preferência para as filantrópicas e/ou as sem fins lucrativos, de forma complementar no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham interesse em prestar Serviços de Média e Alta Complexidade em Terapia Renal Substitutiva, que será dividida em lotes, para atender à demanda dos pacientes oriundos do SUS, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do chamamento, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelas comissões.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO IX

TIMBRE DA PROPONENTE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Nome da declarante) _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, com sede na _____, atesta, para os devidos fins, que a (nome da pessoa jurídica participante), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, domiciliada à _____, prestou/está prestando serviços de:

a) _____ - período _____

b) _____ - período _____

Informamos, ainda, que os serviços foram/estão sendo prestados dentro dos padrões de qualidade e prazos acordados, nada havendo que desabone a conduta da proponente.

Por ser verdade, este documento segue assinado por _____ (nome e cargo) da _____ (nome do declarante, cargo/função, identidade e CPF).

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

ANEXO X
MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ____/2019 DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E
ASSISTÊNCIA E DEFESA CIVIL DE SÃO
GONÇALO E O(A) _____
PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
ESPECIALIZADO EM TERAPIA RENAL
SUBSTITUTIVA, DE FORMA
COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO
DE SAÚDE.**

O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL - SEMSDC**, órgão do poder executivo municipal, componente da administração pública direta, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0009-50, com endereço à Avenida São Gonçalo, n.º 100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, CEP 24.466-315, neste ato representada por seu Secretário, Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____, expedida pelo _____, devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, nomeado(a) pela Portaria n.º _____, publicada no DO Municipal em ____/____/____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ e no CNES sob n.º _____, domiciliada à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

_____, _____ - São Gonçalo/RJ, CEP _____ - _____, neste ato representada por seu(sua) _____ (mencionar o cargo ou função do representante legal autorizado), Sro(a). _____ (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____, expedida pelo _____, devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe os artigos 6º, 196 e 199, § 1º, da CRFB/88, 4º, § 2º, 24 a 26 da Lei n.º 8.080/1990, Lei n.º 8.666/1993, no que couber, Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde de 2017, além das demais disposições legais e infralegais aplicáveis, bem como pelo disposto no Edital de Chamamento Público n.º ____/____ e seus anexos, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados em Terapia Renal Substitutiva, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, conforme discriminado no documento descritivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O documento descritivo, parte integrante deste contrato, deverá conter:

- I – a definição de metas físicas (quantitativas);
- II- a definição de metas qualitativas;
- III- a descrição da estrutura física, tecnológica e recursos humanos necessários.

Parágrafo Primeiro: O documento descritivo terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser alterado a qualquer tempo quando acordado entre as partes;

Parágrafo Segundo: As partes se obrigam, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias antes do término do prazo do documento descritivo, a realizarem nova negociação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Parágrafo Terceiro: Quando da renovação do documento descritivo, deverá ser feita revisão dos valores financeiros e/ou adequação de metas qualitativas e quantitativas;

Parágrafo Quarto: O documento descritivo será atualizado, nos seus dispositivos físicos e financeiros, em decorrência do processo de adequação e remanejamento da Programação Pactuada e Integrada (PPI) e/ou reajuste da Tabela SUS, ficando desde já ressalvado que tal atualização sempre deverá observar a capacidade técnica, financeira e operacional do contratado;

Parágrafo Quinto: As alterações do documento descritivo serão objeto de publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Elaborar Protocolo/fluxo de acesso dos pacientes;
- b) Elaborar o Documento Descritivo;
- c) Dispor do Serviço de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;
- d) Regular a demanda/oferta de consultas e exames;
- e) Fiscalizar a execução das ações e serviços contratados;
- f) Analisar e acompanhar os procedimentos da Tabela SUS realizados pelo contratado comparando-a com as metas do documento descritivo;
- g) Identificar mudanças epidemiológicas que impliquem na necessidade de alterações no Documento Descritivo;
- h) Garantir a ininterrupta atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) e a Ficha de Programação Orçamentária (FPO);
- i) Manter atualizada as versões oficiais do Sistema Único de Saúde;
- j) Manter atualizada as Portarias do Ministério da Saúde;
- l) efetuar transferência de recursos financeiros estabelecida neste instrumento de acordo com o valor faturado e auditado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

II- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a) Cumprir as metas estabelecidas no Documento Descritivo;
- b) Integrar-se ao Complexo de Regulação de São Gonçalo, através do Sistema Nacional de Regulação (SISREG) ou sistema utilizado pela contratante;
- c) Submeter-se à regulação, controle, avaliação e auditoria instituída pela contratante;
- d) Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), informando a contratante qualquer alteração ocorrida;
- e) Disponibilizar mensalmente, na própria sede do contratado, documentação comprobatória da execução dos serviços assistenciais;
- f) Aplicar o recurso financeiro, de acordo com objeto do contrato assinado entre as partes;
- g) Comunicar a contratante toda e qualquer alteração ocorrida em seus Estatutos Sociais, bem como, as mudanças de diretoria ou substituição de seus membros;
- h) Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- i) Comunicar imediatamente a contratante a ocorrência de equipamentos com defeitos técnicos que necessitem intervalos de uso para a manutenção ou substituição, ou na ausência temporária e justificada de profissionais para a prestação dos serviços ora contratados, com o objetivo das partes obterem uma solução visando a não interrupção da assistência;
- j) Responsabilizar-se por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do instrumento contratual;
- l) Manter atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, bem como garantir o sigilo do prontuário médico, que somente poderá ser liberado nas hipóteses previstas na legislação e no Código de Ética Médica;
- m) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços e garantindo a integridade física e a proibição de exposição do paciente;
- n) Garantir que todas as ações e serviços executados no âmbito deste contrato não oferecerão ônus para o paciente em qualquer hipótese;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

- o) Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- p) Responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos;
- q) É de responsabilidade exclusiva e integral do contratado a utilização de pessoal necessário à execução contratual, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;
- r) Submeter-se às normas emanadas pelo Sistema Único de Saúde, em conformidade com o art. 26, §2º da Lei 8.080/90;
- s) Realizar atendimentos de modo humanizado, conforme com a Política Nacional de Humanização do SUS;

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Parágrafo Primeiro: O valor mensal estimado para a execução do presente contrato importa em R\$ _____ (_____), que será pago mediante a produção aprovada nos Sistemas Oficiais do SUS.

Parágrafo Segundo: O percentual estimado para a execução das metas qualitativas será de 10% do total da produção aprovada nos Sistemas Oficiais do SUS, utilizando o seguinte parâmetro:

- I- Cumprimento de 90% a 100% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 100%, que equivale à excelente;
- II- Cumprimento de 80% a 89% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 80%, que equivale a ótimo;
- III- Cumprimento de 70% a 79% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 70%, que equivale a bom;
- IV- Cumprimento de 60% a 69% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 60%, que equivale a ruim;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

V- Cumprimento abaixo de 50% das metas qualitativas pactuadas equivale a péssimo;

Parágrafo Terceiro: Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os reajustes serem registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93;

Parágrafo Quarto: O pagamento do contratado está vinculado aos repasses de competência do Ministério da Saúde;

Parágrafo Quinto: O cumprimento das metas quantitativas e qualitativas estabelecida no Documento Descritivo deverá ser atestado pela comissão de fiscalização;

Parágrafo Sexto: Os descontos referentes às metas quantitativas levarão em consideração as críticas (glosas) ocorridas no processamento da produção no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), Sistema de Informações Hospitalar Descentralizado (SIHD), serviços não cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), erros de Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e Folha de Programação Orçamentária (FPO);

Parágrafo Sétimo: Os valores previstos no contrato poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante a celebração de termo aditivo que será devidamente publicado e enviado ao Ministério da Saúde;

Parágrafo Oitavo: A contratante aumentará o teto financeiro e o repasse de verbas que se trata este contrato na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS, levando em consideração a dotação orçamentária, a necessidade do município, a capacidade instalada e a série histórica dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Programa de Trabalho nº _____, Natureza de Despesa _____, Fonte de Recurso _____ e Nota de Empenho;

Parágrafo Único: Os recursos do presente contrato serão depositados na Conta _____, Agência _____, do Banco _____.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

CLÁUSULA SEXTA - DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro: A comissão de fiscalização será constituída pelos seguintes representantes: 03 (três) da contratante e 02 (dois) do contratado;

Parágrafo Segundo: As atribuições da comissão de fiscalização serão a de acompanhar a execução do presente contrato, principalmente no tocante as metas quantitativas e qualitativas pactuadas no Documento Descritivo;

Parágrafo Terceiro: A comissão de fiscalização do contrato será criada pela contratante até 15 (quinze) dias, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

Parágrafo Quarto: O contratado deverá apresentar em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, o nome dos representantes que farão parte da comissão de fiscalização;

Parágrafo Quinto: Qualquer alteração na composição da comissão de fiscalização deverá ser homologada e publicada em Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

Parágrafo Sexto: A substituição do representante do contratado, no caso de impossibilidade do comparecimento na reunião agendada deverá ser formalizada através de documento a ser entregue aos representantes da contratante;

Parágrafo Sétimo: Na hipótese de mudança definitiva de representante na comissão de fiscalização deverá ser encaminhado documento formal a contratante indicando a substituição juntamente com a cópia da Carteira de Identidade e CPF do novo representante;

Parágrafo Oitavo: Não poderá fazer parte da comissão de fiscalização aquele que pertencer simultaneamente aos quadros de funcionários da contratante e do contratado;

Parágrafo Nono: Os representantes da comissão de fiscalização não serão remunerados por esta atividade e deverão se reunir, no mínimo, trimestralmente, ou em casos extraordinários, conforme cronograma elaborado pela contratante, que será comunicado ao contratado, com antecedência de pelo menos 07 (sete) dias antes da data agendada;

Parágrafo Décimo: O contratado fica obrigado a fornecer à comissão de fiscalização todos os documentos e informações necessárias à avaliação do cumprimento das metas fixadas no documento descritivo, sempre respeitando as limitações impostas pelos Conselhos Técnicos Federais e Regionais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Parágrafo Décimo Primeiro: A contratante deverá elaborar ata constando o resumo e assinatura de todos os representantes presentes;

Parágrafo Décimo Segundo: As metas que a comissão de fiscalização entender que necessitam de comprovação documental deverá constar em ata, com prazo para apresentação, podendo a contratante realizar visitas na sede do conveniado, a qualquer momento, independente de aviso;

Parágrafo Décimo Terceiro: O não cumprimento pelo contratado das metas qualitativas pactuadas no documento descritivo implicará em descontos no repasse financeiro;

Parágrafo Décimo Quarto: A existência da comissão de fiscalização mencionada nesta cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (federal, estadual, municipal).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente pela contratante quando ocorrer à constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;

Parágrafo Primeiro: O Conselho Municipal de Saúde deverá manifestar-se sobre a rescisão deste contrato, devendo avaliar os prejuízos que esse fato poderá acarretar para a população;

Parágrafo Segundo: A rescisão do contrato deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

CLÁUSULA OITAVA- DA RESILIÇÃO

Qualquer um dos partícipes poderá requerer a resilição do presente contrato, com comunicação do fato, devidamente fundamentado, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, devendo ser respeitado o andamento de atividades que não puderem ser interrompidas neste prazo ou que possam causar prejuízo à saúde da população.

Parágrafo Único - Ressalvada a possibilidade de denúncia imediata ou em menor prazo, quando constatar, através de decisão devidamente fundamentada, a ausência de prejuízo à população e à persecução do objeto do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Os contratantes decidem aplicar ao presente contrato, no que couber, o disposto na Lei nº 8666/93, no caso de descumprimento por qualquer um dos partícipes das cláusulas e condições nele estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Fica definido que as questões que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes serão encaminhadas ao Conselho Municipal de Saúde, principalmente as referentes ao documento descritivo, cabendo recurso ao Conselho Estadual de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A contratante providenciará a publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de ____ de _____ de ____, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da contratante, concordância do contratado e comprovada vantagem para a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro: Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato, a contratante vistoriará as instalações da contratada para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do cadastramento. A vistoria será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do contrato;

Parágrafo Segundo: A prestação dos serviços objeto do presente deverá ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro de São Gonçalo, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor.

São Gonçalo, ____ de _____ de 20____.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

PROVEDOR/PRESIDENTE

Testemunhas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

DOCUMENTO DESCRITIVO

NOME : _____

PERÍODO DE VIGÊNCIA: _____

2- DOCUMENTO DESCRITIVO – METAS QUALITATIVAS

GESTÃO	Situação Atual	Meta
1. Apresentar escala dos profissionais (médico nefrologista, enfermeiro, nutricionista, psicólogo e assistente social).		
2. Apresentar o Certificado de Responsabilidade Técnica de todos os profissionais.		
3. Apresentar os protocolos de Norma e Rotinas dos Serviços.		
4. Apresentar o Plano de Segurança do Paciente.		
ATENÇÃO Á SAÚDE		
1. Apresentar portaria da designação da Comissão de Prontuários e da Comissão de Humanização da Assistência.		
2. Apresentar trimestralmente relatório ao Gestor Municipal contendo: qualidade dos registros, controle de preenchimento, guarda dos prontuários, ficha de atendimento e boletim de emergência no que se refere a confidencialidade, integridade, fácil acesso e sigilo profissional.		
3. Apresentar trimestralmente ações desenvolvidas de humanização (Realizar treinamentos, palestras, cursos).		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

AREA FÍSICA	Situação Atual	Meta
1. Apresentar alvará sanitário dentro do prazo de validade;		
2. Possuir ambiente iluminado e climatizado.		
3. Manter os ambientes identificados e de fácil visualização;		
4. Ofertar acessibilidade à pessoa com deficiência - Rampas de acesso e elevador nos locais possíveis de colocação (cadeira de rodas e macas de transporte) disponíveis na unidade;		
5. Possuir cobertura (toldo) na porta de entrada		
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	Situação Atual	Meta
1. Dispor de equipamentos compatíveis com a demanda prevista e com os protocolos assistenciais para o seu funcionamento.		
2. Possuir equipamentos de hemodiálise de reserva em número suficiente para assegurar a continuidade do atendimento		
3. Apresentar o Certificado do Responsável Técnico pela operação do Sistema de Tratamento de Água para hemodiálise e os respectivos laudos das análises.		
PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DO SUS		
HumanizaSUS	Situação Atual	Meta
1. Implantar ouvidoria para usuários e trabalhadores (local para atendimento individual e reservado com registro das informações);		
2. Relatório mensal de respostas e divulgação dos resultados da ouvidoria;		
3. Disponibilizar recursos físicos que visam garantir a segurança e integridade física dos usuários e trabalhadores (existência de seguranças, barreira de proteção, alerta de piso escorregadio, sistema que permita comunicação paciente/enfermagem);		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

1. Salubridade - Tornar a unidade um local com condições salubres dentro do que é preconizado para que os funcionários possam desenvolver trabalho de qualidade.		
SAÚDE DO TRABALHADOR	Situação Atual	Meta
1. Apresentar trimestralmente ao Gestor Municipal relatório de doenças (lesões) frequentes relacionadas ao trabalho envolvendo todos os profissionais da Unidade, discriminadas mensalmente;		
2. Apresentar trimestralmente ao Gestor Municipal relatório do serviço de dosimetria dos profissionais que utilizam dosímetro nos serviços de radiologia (quando dispuser do serviço);		
3. Definir e apresentar protocolo e garantir atendimento e acompanhamento para os casos de acidente biológico e notificar mensalmente todos os acidentes com material perfuro cortante por profissional (quando dispuser do serviço);		
4. Apresentar protocolo de rotina de utilização de EPI pela equipe.		
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	Situação Atual	Meta
1. Apresentar relatório trimestral contendo o percentual dos profissionais envolvidos em ações de Educação Permanente (treinamentos, reorganização dos serviços,) Participação em programas de qualidade de vida em parceria com a comunidade (tais como: reciclagem e coleta de lixo, horta comunitária, alfabetização e outros) e campanhas/cooperação técnica entre a Instituição e a SMS;		
2. Percentual por categoria de trabalhadores que participam de pelo menos 01 curso de aperfeiçoamento técnico em sua área de atuação.		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

CLASSIFICAÇÃO	% REFERÊNCIA
Excelente	100 a 100%
Bom	89 a 79%
Regular	79 a 69%
Insatisfatório	abaixo de 60%

Pontuação: ()

São Gonçalo, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Gestor Municipal

Assinatura do Representante da Unidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

2- DOCUMENTO DESCRITIVO – METAS QUANTITATIVAS

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	META MENSAL	VALOR MENSAL
0202010023	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	XXX	XXX
0202010210	DOSAGEM DE CALCIO	XXX	XXX
0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	XXX	XXX
0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	XXX	XXX
0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	XXX	XXX
0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	XXX	XXX
0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	XXX	XXX
0202010392	DOSAGEM DE FERRO SERICO	XXX	XXX
0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	XXX	XXX
0202010430	DOSAGEM DE FOSFORO	XXX	XXX
0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	XXX	XXX
0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	XXX	XXX
0202010600	DOSAGEM DE POTASSIO	XXX	XXX
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	XXX	XXX
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	XXX	XXX
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	XXX	XXX
0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	XXX	XXX
0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	XXX	XXX
0202010694	DOSAGEM DE UREA	XXX	XXX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	XXX	XXX
0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	XXX	XXX
0202020371	HEMATOCRITO	XXX	XXX
0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	XXX	XXX
0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	XXX	XXX
0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	XXX	XXX
0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	XXX	XXX
0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	XXX	XXX
0202060250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	XXX	XXX
0202060276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	XXX	XXX
0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	XXX	XXX
0202070085	DOSAGEM DE ALUMINIO	XXX	XXX
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	XXX	XXX
0202080153	HEMOCULTURA	XXX	XXX
0305010093	HEMODIÁLISE (MÁXIMO 1 SESSÃO POR SEMANA - EXCEPCIONALIDADE)	XXX	XXX
0305010107	HEMODIÁLISE (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)	XXX	XXX
0305010115	HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (MÁXIMO 3 SE	XXX	XXX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0305010123	HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (EXCEPCIONAL)	XXX	XXX
0305010166	MANUTENCAO E ACOMPANHAMENTO DOMICILIAR DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA /DPAC	XXX	XXX
0305010182	TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DIALISE PERITONEAL - DPAC-DPA (9 DIAS)	XXX	XXX
0418010021	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA C/ ENXERTO AUTOLOGO	XXX	XXX
0418010030	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA P/ HEMODIALISE	XXX	XXX
0418010048	IMPLANTE DE CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE	XXX	XXX
0418010064	IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN P/HEMODIALISE	XXX	XXX
0418010080	IMPLANTE DE CATETER TIPO TENCKHOFF OU SIMILAR P/ DPA/DPAC	XXX	XXX
0418020019	INTERVENCAO EM FISTULA ARTERIO-VENOSA	XXX	XXX
0418020027	LIGADURA DE FISTULA ARTERIO-VENOSA	XXX	XXX
0418020035	RETIRADA DE CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA		
0702100013	CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE		
0702100021	CATETER P/ SUBCLAVIA DUPLO LUMEN P/ HEMODIALISE		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E VISTORIA TÉCNICA DA CHAMADA PÚBLICA
DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

0702100030	CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA P/ DPI/DPAC/DPA		
0702100048	CONJ.TROCA P/DPA (PACIENTE- MES C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCAO DA MAQUINA CICLADORA)		
0702100056	CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPA (PACIENTE-15 DIAS C/ INSTALACAO DOMICILIAR E MANUTENCA		
0702100064	CONJUNTO DE TROCA P/ PACIENTE SUBMETIDO A DPAC (PACIENTE-MES) CORRESPONDENTE A 120 UNIDADES		
0702100072	CONJUNTO DE TROCA P/ TREINAMENTO DE PACIENTE SUBMETIDO A DPA / DPAC (9 DIAS)CORRESPONDENTE A 36 UNID		
0702100099	DILATADOR P/ IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN		
0702100102	GUIA METALICO P/ INTRODUCAO DE CATETER DUPLO LUMEN		

São Gonçalo, ____ de ____ de 20__.

Assinatura do Gestor Municipal

Assinatura do Representante da Unidade